

PCP toma a iniciativa e está onde é preciso

Nas lutas por Abril contra o projecto da direita

No que depender do PCP, o projecto da direita não avançará, afirmou-se nos comícios do fim-de-semana, em Lisboa e na Baixa da Banheira, e reafirmar-se-á nas acções de contacto com os trabalhadores e as populações que decorrem até domingo por todo o País. Tomar a iniciativa em defesa dos direitos: é esta a prioridade imediata. Págs. 4, 5, 7,9 e centrais



É já no sábado
a Manifestação Nacional
de Mulheres: às 15h00
no Rossio

Pág. 11

Jovens trabalhadores
manifestam-se
no dia 27 em Lisboa
e no Porto

Pág. 13

Greves dos mineiros
e jornalistas,
nas misericórdias
e em várias empresas

Págs. 14 e 15

Solidariedade em Portugal
com o povo palestiano,
contra o genocídio
e a ocupação

Págs. 20 e 21

RESUMO

13 Quarta-feira

Organização da 10.^a edição do Festival Aleste (Funchal) anuncia programação do evento, que decorre de 23 a 26 de Maio • Assembleia Legislativa Regional dos Açores inicia debate sobre programa do XIV Governo Regional, liderado pela coligação PSD-CDS-PPM • Kairos, foguete da empresa japonesa Space One, explode após primeira tentativa de lançamento • Trabalhadores da BA GLASS protestam em Avintes por aumentos salariais.

14 Quinta-feira

Jornalistas realizam greve geral do sector • Economista Mohammad Mustafa é nomeado primeiro-ministro da Palestina • Trabalhadores das Minas da Panasqueira iniciam paralisações diárias de três horas, no início de cada turno, até dia 28 • Senado argentino rejeita decreto do presidente Javier Milei para desregular a economia • Na sequência das eleições legislativas, PCP reúne com Presidente da República.

15 Sexta-feira

Parlamento espanhol aprova amnistia de independentistas catalães • PCP realiza comício no Fórum Lisboa • Trabalhadores da Misericórdia de Castelo Branco aderem à greve nacional convocada pela FNSTFPS/CGTP-IN por melhores condições de salário e trabalho • Sismo de magnitude 2,5 é sentido na ilha Terceira • Tem início, em Lisboa, o escrutínio dos votos da emigração.

16 Sábado

Reúne o Conselho Nacional do PEV para análise dos resultados eleitorais e definição de linhas de intervenção futuras • Filme Sopa fria, de Marta Monteiro, vence três prémios no Festival Mostra • Nos seus 18 anos, Ordem dos Notários realiza conferência em Coimbra, com destaque para os atrasos na Plataforma Informática do Cadastro Predial • Inicia período para contribuintes consultarem valores das deduções à colecta do IRS e realizarem reclamações.

17 Domingo

PCP realiza comício na Baixa da Banheira, Moita • Decorre 33.^a edição da Meia Maratona de Lisboa, que obriga ao encerramento ao trânsito da Ponte 25 de Abril • Sismo de magnitude 1,9 é sentido na ilha Terceira • Candidato presidencial comunista na Rússia tem mais de três milhões de votos, numa eleição ganha por Vladimir Putin • Reúne a Direcção Nacional da JCP para analisar a situação política e traçar tarefas imediatas.

18 Segunda-feira

Comissão de Igualdade entre Mulheres e Homens/CGTP-IN dá início à Semana da Igualdade • Circulação de comboios entre estações do Tua e Régua (linha do Douro) suspensa devido a deslizamento de pedras e terra • Ministro dos Negócios Estrangeiros chinês inicia visita à Nova Zelândia • FENPROF emite pré-aviso de greve às tarefas de apoio técnico nas provas digitais pelos professores de informática.

19 Terça-feira

Tem início, na ilha de São Miguel, o 11.^o Festival Tremor, com foco na culinária e tradições de Rabo de Peixe • Argentinos manifestam-se contra política de austeridade do governo de Javier Milei • PCP reúne com os seus aliados de coligação, PEV e ID, com uma delegação encabeçada por Paulo Raimundo • CGTP-IN, CPPC, MPPM e Projecto Ruído promovem concentração no Porto em solidariedade com a Palestina.

ACONTECEU

Ice Merchants premiado no Japão



Ice Merchants, do realizador português João Gonzalez, foi premiado no Japão, no âmbito do Festival de Animação de Tóquio que terminou no dia 11. De acordo com o certame, o filme conquistou o Grande Prémio de Melhor Curta-Metragem, o que lhe conferiu ainda o Prémio Governador de Tóquio.

Desde que se estreou, em Maio de 2022, no Festival de Cinema de Cannes, o filme de João Gonzalez já arrecadou várias distinções, entre as quais,

a Melhor Curta-Metragem de Animação no Festival de Cinema de Melbourne, o Hugo de Ouro de Melhor Curta de Animação no Festival de Cinema de Chicago e o Prémio do Público de Melhor Curta-Metragem no Festival Internacional de Cinema de Bruxelas. Esteve também nomeado para os Óscares na categoria de Melhor Curta-Metragem de Animação.

Segundo dados da Agência da Curta-Metragem, *Ice Merchants* soma já cerca de 270 mil espectadores, tendo marcado presença em 353 festivais e conquistado 132 prémios.

O filme, uma história sem diálogos, conta a história de um pai e filho que produzem e distribuem gel, saltando todos os dias de um penhasco onde moram.

Louça preta de Molelos distinguida

A produção tradicional da louça preta de Molelos passará a estar incluída no Registo Nacional de Produções Artesanais Tradicionais Certificadas. O processo foi iniciado há três anos pela Câmara Municipal de Tondela e a aprovação da inclusão no registo foi publicado, no dia 12, em Diário da República.

No despacho em Diário da República sobre a produção desta louça lê-se que Molelos é um dos «já raros núcleos de produção de louça preta, provavelmente aquele que ainda demonstra maior vitalidade na actualidade». «A sua produção destaca-se pela cor negra (resultante da cozedura redutora), pelo tipo de decoração e pelo brilho conferido às peças, havendo testemunhos da produção dessa louça preta pelo menos desde finais do século XIX», refere ainda.



Desver testemunha ocupação da Palestina

Desver, uma performance sobre um país ocupado por outro, que fala dos territórios palestinianos ocupados por Israel, esteve em cena, no dia 16, no espaço Sede do Imaginário, em Évora.

Criada pela actriz, dramaturga e encenadora Joana Craveiro, o espectáculo, sempre apresentado a pedido de entidades locais e sem cobrar, resulta de uma viagem à Palestina que a criadora realizou em Maio do ano passado.

A encenação foi apresentada pela primeira vez em Julho de 2023, no Largo Residências, em Lisboa, e manteve-se em construção desde então, ganhando ainda mais sentido depois da invasão da Faixa de Gaza por Israel.

Nayola e Mataram o Pianista nomeados

Os filmes de animação *Nayola*, do português José Miguel Ribeiro, e *Mataram o Pianista*, dos espanhóis Fernando Trueba e Javier Mariscal, co-produzido por Portugal, estão nomeados para os Platino, os prémios de cinema ibero-americano. O anúncio foi feito pela organização do festival no dia 15.

De acordo com a lista de nomeados da 11.^a edição do certame, marcada para 20 de Abril, no México, ambos os filmes são candidatos ao prémio de melhor longa-metragem de animação.

Faleceu Nuno Júdice



O poeta Nuno Júdice morreu, no dia 17, ao 74 anos, vítima de doença.

Poeta, ensaísta e ficcionista, Nuno Júdice, nascido na Mexilhoeira Grande,

Portimão, em 1949, foi também professor associado na Universidade Nova de Lisboa, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, até 2015. Foi director da revista literária *Tabacaria*, entre 1996 e 2009, comissário para a área da Literatura da representação portuguesa na 49.^a Feira do Livro de Frankfurt e desempenhou funções como conselheiro cultural da Embaixada de Portugal em Paris e director do Instituto Camões na mesma cidade.

Ao longo da sua carreira literária, que começou em 1972 com o livro de poesia *A Noção de Poema*, foi distinguido com diversos prémios, entre os quais o Prémio Rainha Sofia de Poesia Ibero-americana, o Prémio Pen Clube, o Prémio D. Dinis da Casa Mateus e o Grande Prémio de Poesia da Associação Portuguesa de Escritores.

CRÓNICA INTERNACIONAL

Eles querem fazer esquecer...

Pedro Guerreiro

No próximo domingo assinala-se 25 anos da agressão da NATO à Jugoslávia, desencadeada a 24 de Março de 1999.

Depois de anos a fomentar, a apoiar e a instrumentalizar a acção terrorista do denominado «Exército de Libertação do Kosovo» na Jugoslávia – uma prática comumente levada a cabo pelos EUA contra diversos países e que continua nos dias de hoje –, a intervenção militar directa da NATO constituiu mais um passo na operação de ingerência e desestabilização que levou ao desmembramento da Jugoslávia, país que persistia em não abdicar da sua soberania e independência, resistindo às pressões políticas, económicas e militares dos EUA, da NATO e da União Europeia.

A agressão militar da NATO à Jugoslávia – que foi acompanhada do primeiro grande alargamento deste bloco político-militar ao Leste da Europa – marcou o início de uma nova fase da ofensiva do imperialismo para recuperar o espaço que havia perdido com a alteração da correlação de forças a favor das forças da paz, do progresso social e da libertação nacional verificada após a Segunda Guerra Mundial, e impor o domínio hegemónico dos EUA no plano mundial.

Ou seja, uma agressão que não só representou o regresso da guerra à Europa, como o ponto de partida para novas operações de ingerência, de desestabilização e de agressão noutras regiões, como contra o Iraque, o Afeganistão,

A Jugoslávia não abdicava da sua soberania

a Líbia ou a Síria, entre outros exemplos de sucessivas e sistemáticas violações da Carta das Nações Unidas e do direito internacional por parte dos EUA,

da NATO e da UE, demonstrando na realidade o que significa a dita «ordem internacional baseada em regras» determinada pelos EUA, que arvoram para si o direito à ingerência e ao intervencionismo em função dos seus interesses, em qualquer parte do mundo e sob um qualquer pretexto.

A NATO bombardeou a Jugoslávia de 24 de Março a 10 de junho, tendo atingido particularmente as infra-estruturas básicas deste país – incluindo de energia e abastecimento de água, mas também estações de televisão ou a Embaixada da China, em Belgrado – causando inúmeras vítimas entre a população.

Recorde-se que a agressão da NATO contou com o apoio do governo português – então dirigido por António Guterres – e o envolvimento das Forças Armadas Portuguesas, em claro desrespeito pela Constituição da República Portuguesa e 25 anos depois da Revolução de Abril ter posto fim às guerras coloniais e conquistado a paz para o povo português.

Uma agressão que expôs toda a hipocrisia dos EUA, da NATO e da UE e que constituiu um grave e perigoso precedente, com a criação do protectorado da NATO no Kosovo – onde os EUA instalaram uma das suas maiores bases militares –, e que foi posteriormente reconhecido pelo Governo português, dirigido por José Sócrates.

Tal como hoje se verifica na Europa, no Médio Oriente ou na Ásia-Pacífico, também há 25 anos a política de confrontação e guerra dos EUA, da NATO e da UE foi realizada a coberto de uma ampla operação de desinformação e manipulação, com que tentaram escamotear a verdade, ocultar os reais e inaceitáveis objectivos da sua acção belicista e estigmatizar, isolar e atacar aqueles que – como o PCP – defenderam a paz e rejeitaram a instigação da confrontação, da escalada armamentista e da guerra.

EDITORIAL

“enfrentar, construir, avançar”

TOMAR A INICIATIVA POR ABRIL

Num contexto em que os problemas se vão agravando, os resultados eleitorais de 10 de Março criaram uma situação ainda mais favorável ao grande capital e ao aprofundamento da política de direita.

De facto, os resultados eleitorais dos partidos de direita constituem um elemento negativo para os trabalhadores, o povo e o País. Foi um resultado conseguido pela demagogia, a mentira e a ilusão, que arrastou muitos milhares de portugueses para a falsa ideia da mudança. Uma mudança que de facto se exige, mas que, contrariamente ao que foi prometido, nunca virá pelas mãos de PSD, CDS, Chega e IL, donde, aliás, só pode vir mais favorecimento dos interesses dos grupos económicos, mais ataques aos serviços públicos, mais desmantelamento do SNS e da Escola Pública, mais ataques ao regime democrático.

O número de deputados ao serviço dos interesses dos grupos económicos aumentou no seguimento das eleições. E é nesta nova correlação de forças que se vai tentar ir ainda mais longe no aprofundamento da exploração, empobrecimento e declínio nacional, objectivos que unem PSD e CDS e os que deles saíram para formar o Chega e a IL.

Mas, em boa verdade, também se deve reconhecer que só chegámos a esta situação, em grande medida, por responsabilidade do PS, que, com tudo na mão, uma maioria, um Governo e condições financeiras, optou por não responder aos problemas centrais de quem cá vive e trabalha. E, ao não responder, ao mesmo tempo que concedia grandes apoios e benefícios aos grupos económicos, aumentou a justa indignação e sentimento de injustiça de milhões de trabalhadores,

Estamos agora perante um novo quadro político que iremos enfrentar, desde o primeiro minuto, a começar pela previsível formação de um Governo PSD/CDS.

O PCP intervirá com todos os meios nas instituições ou nas ruas, não abdicando de nenhum instrumento ao seu dispor. Neste sentido, já assumiu que, caso o Governo da AD seja formado, apresentará uma moção de rejeição. De facto, não é preciso esperar pela sua entrada em funções para se saber quais os projectos e objectivos desse Governo, donde só poderá vir mais exploração e injustiça.

Na actual situação e honrando os seus compromissos, o PCP intervirá pelo aumento geral dos salários; pelo aumento extraordinário das reformas e pensões; por respeitar e valorizar os trabalhadores; fixar profissionais no SNS; cumprir com as forças de segurança; repor o tempo de serviço dos professores e pôr fim à precariedade nas escolas; fixar preços de bens alimentares e baixar o IVA na electricidade, telecomunicações e gás; travar o aumen-

to das rendas e pôr os lucros da banca a suportar os aumentos das taxas de juro; dar combate às privatizações, à corrupção e às injustiças; defender e fazer cumprir a Constituição da República.

O resultado eleitoral da CDU não torna menos legítimas nem menos urgentes, as opções que têm de ser feitas. Um resultado eleitoral que traduzindo um desenvolvimento negativo, é em si mesmo um sinal de resistência.

E, pelo seu grande significado, não deixamos de valorizar a campanha eleitoral que foi feita. Uma campanha de contacto levada a cabo por milhares de activistas, militantes do PCP, do PEV, com muita juventude e muitas pessoas sem filiação partidária que se juntaram e construíram a pulso o resultado da CDU. Trabalho que se vai reflectir no futuro e que vai ter, desde já, continuidade na jornada de contacto com os trabalhadores e a população, que o PCP vai realizar entre hoje e domingo.

Neste novo contexto político, desenvolveremos a luta contra a política de direita, enfrentando a ofensiva contra os direitos e condições de vida, conscientes de que será a luta a impor a ruptura com essa política e a concretização de uma política alternativa inspirada nos valores de Abril.

Lutas que estão a ter lugar um pouco por todo o País, em variadíssimos sectores e adoptando as mais diversas formas. Lutas em curso e em preparação de que são exemplo, as lutas dos professores, médicos, enfermeiros, jornalistas, trabalhadores da Administração Pública, das misericórdias, da distribuição, dos estudantes, da juventude, das mulheres e tantas e tantas outras. Luta que terá expressão na Manifestação Nacional de Mulheres convocada pelo MDM, no próximo sábado, em Lisboa e na Manifestação Nacional da Juventude Trabalhadora, convocada pela CGTP-IN para o dia 27, em Lisboa e no Porto. E, neste contexto, impõe-se fazer umas grandes e massivas comemorações populares dos 50 anos do 25 de Abril. E, do mesmo modo, fazer do 1.º de Maio uma grande e poderosa jornada de luta, construída a partir da acção reivindicativa nas empresas e locais de trabalho.

Esta exigência de mudança, terá de ter também expressão nas eleições para o Parlamento Europeu, que devem ser vistas como uma oportunidade de, com o voto na CDU, afirmar o caminho necessário para o País e para a Europa. O caminho da melhoria das condições de vida, do desenvolvimento, progresso social, paz e cooperação entre os povos.

Exigência de mudança e construção da alternativa patriótica e de esquerda, que, envolvendo democratas, patriotas e a juventude, responda aos interesses dos trabalhadores e do povo e afrente os interesses do capital monopolista.

PCP é a força de Abril para enfrentar, construir

Como demonstraram os grandes comícios que se realizaram nos dias 15 e 17, respectivamente em Lisboa e na Baixa da Banheira, o PCP está já a concretizar um dos principais compromissos que assumiu com o povo e com os trabalhadores durante as eleições: estar nas empresas, nas ruas, em todos os sítios em que seja preciso lutar por uma vida melhor.

Um Partido «firme no seu ideal, que não abandona os seus princípios», afirmou o Secretário-Geral do PCP. Foi a concretização disto mesmo que se viveu no Fórum Lisboa, onde na sexta-feira à noite se realizou o primeiro desses comícios. À hora marcada já largas centenas de militantes, apoiantes e amigos do Partido enchiam aquela grande sala de espectáculos da capital.

A força que o Partido demonstrou naquela noite manifestou-se, igualmente, na maneira de estar, na combatividade, no ânimo, na firmeza e na confiança num ideal que vai muito para além do que quaisquer eleições. Sobre o ambiente que ali se vivia referiu-se Paulo Raimundo em termos enfáticos: «Que sala extraordinária é esta, que força é esta, que determinação é esta?»

Foi o mesmo ânimo que distinguiu a campanha da CDU, caracterizada pelo «contacto, o esclarecimento, a construção a cada dia e a

pulso do resultado». Depois desse «esforço, dessa animação e confiança crescentes» vieram uns resultados eleitorais que «criaram uma situação ainda mais favorável ao grande capital e à intensificação da política de direita. No entanto, «a importância do conteúdo e da mobilização da nossa campanha, que ganhou e fixou votos, projecta-se para além das eleições, projecta-se nessa luta que continua e nas condições que temos para reforçar o Partido», salientou o Secretário-Geral comunista.

Após as eleições, o PCP vai fazer o que antes afirmava

Na Baixa da Banheira, concelho da Moita, o ambiente que se viveu na tarde de domingo não foi diferente daquele que, dois dias antes, se fez sentir em Lisboa.

Na sala do Ginásio Atlético Clube, Paulo Raimundo reiterou o que podem os trabalhadores e o povo esperar do PCP, uma força onde não há espaço para «falsa promessa ou para levar ao engano»: «Cá estamos pelo aumento geral dos salários; pelo aumento extraordinário das reformas e pensões, por respeitar, valorizar os trabalhadores, fixar profissionais no SNS; para repor o tempo de serviço dos professores e pôr fim à precariedade nas escolas; para fixar preços de bens alimentares e baixar o IVA na electricidade, telecomunicações e gás; para travar o aumento das rendas e pôr os lucros da banca a suportar os aumentos das taxas de juro; para dar combate às privatizações; à corrupção e às injustiças; para defender e fazer cumprir a Constituição da República». «Era tudo isto que precisava de resposta, assim era dia 9 de Março, assim o é hoje», assinalou.

Traçar prioridades

Em Lisboa e na Baixa da Banheira, os comícios contaram com mais duas intervenções. As de Miguel Félix e de Catarina Menor, ambos da Comissão Política da Direcção Nacional da JCP, e as de Miguel



O Fórum Lisboa encheu-se às centenas para o comício de sexta-feira



Na Baixa da Banheira, tal como em Lisboa, o Partido e os seus militantes demonstraram-se prontos para todas as batalhas

e avançar



Soares e Antónia Lopes, membros do Comité Central e das direcções das organizações regionais de Lisboa e de Setúbal, respectivamente.

Em Lisboa, Miguel Félix, depois de se questionar sobre quem são os que, passado o dia 10 de Março, «lá estarão nas escolas, nas faculdades, nos locais de trabalho e junto da juventude nas suas lutas», deu resposta pronta: a JCP e o PCP. Já no domingo, Catarina Menor contou a história de como o Bruno Dias foi o único deputado a visitar os estudantes da Escola Secundária da Baixa da Banheira antes das eleições. Dia 11, de novo lá estavam os comunistas à porta da escola.

Miguel Soares, que antecedeu o Secretário-Geral no comício de Lisboa, falou sobre a prioridade do colectivo partidário: «a tarefa imediata é reunir o Partido. Reunir os vários organismos, nos plenários de militantes, almoços ou outras iniciativas, nos espaços que temos no Partido para discutir colectivamente, com os nos-

sos padrões e métodos de análise e não com os que o capital quer que utilizemos».

Antónia Lopes, na Baixa da Banheira, afirmou que «agora é hora de concretizar, em toda a região, contactos individuais, voltar às empresas e locais de trabalho, falar com os apoiantes». «Realizar plenários, reuniões iniciativas de avaliação», continuou, «tendo a preocupação de, em todas elas, colocar como prioridade do nosso trabalho o reforço da organização e influência e ligação do Partido aos trabalhadores e às populações».

Um momento musical, com Sofia Lisboa na voz e Rui Galveias na guitarra, deu início ao comício em Lisboa. Foram tocados temas com arranjos originais de poemas de Ary dos Santos e de Sophia de Mello Breyner até músicas bem reconhecidas como *Coro da Primavera*, de José Afonso. Na Baixa da Banheira foi um momento de poesia, oferecido por Fernando Casaca, actor e encenador, que antecedeu o comício.

Colocar pontos nos ii

Como deixou bem claro Paulo Raimundo, não é a confiança inabalável no povo e nos trabalhadores portugueses e no futuro que baralham a leitura do PCP sobre os resultados de passado dia 10: «Os cerca de três milhões de votos que se concentraram nos partidos de direita constituem um elemento negativo para o País». Votos estes assentes «na demagogia, na mentira e na ilusão que arrastou e enganou milhares para a falsa ideia da mudança», mudança essa que se exige, mas que nunca poderá chegar «pelas mãos de PSD, CDS, IL e Chega». Para o dirigente comunista, desses quatro partidos da política de direita só poderá vir «mais favorecimento dos interesses dos grupos económicos, mais ataques aos serviços públicos, mais desmantelamento do SNS e da Escola Pública e mais ataques ao regime democrático». Esses quatro, unidos por algo «muito mais forte do que o que eventualmente os separa», que estão sempre juntos no que toca a «compromissos e dependências dos grupos económicos».

PS tem responsabilidades

«E aqui chegamos, em grande medida por responsabilidade do PS», acusou o Secretário-Geral, explicando que «com tudo na mão, uma maioria, um Governo e condições financeiras» o PS optou por «não responder aos problemas centrais da vida dos que vivem e trabalham no País». «E, ao não fazê-lo», afirmou, «aumentou a justa indignação e sentimento de injustiça de milhões de trabalhadores, ao mesmo tempo que se ajoelhou perante os benefícios e apoios aos grupos económicos». «Um PS que, em particular nos últimos dois anos, deu palco e alimentou as forças mais reaccionárias», acrescentou.

Enfrentar tudo o que é negativo

«Os resultados destas opções estão à vista. Estamos perante um novo quadro político. Uma situação que cá estamos para enfrentar», garantiu Paulo Raimundo. «Cá estamos para fazê-lo com todos os meios que temos ao nosso dispor, seja nas instituições seja nas ruas. Não abdicamos de nenhum instrumento, não abdicamos de tornar claro que, pelo que depende do PCP, o projecto da direita não será implementado», acrescentou, admitindo que caso o Governo da AD seja indigitado, o PCP apresentará uma moção de rejeição (ver página 6). «Não é preciso esperar pela entrada em funções para se saber quais os projectos e objectivos desse Governo. Não peçam ao PCP para alimentar ilusões, sabemos bem e desde já o que se pode esperar da direita, sabemos bem para quem sobra sempre o seu projecto», frisou.

PCP, a força que conta

«Com a coragem de sempre, travaremos as lutas que temos pela frente. Com determinação e alegria. Sendo, como sempre fomos, a força que conta, a força decisiva, a força que não se verga perante os ataques da direita, venha ela de onde viera e como vier», assegurou Paulo Raimundo, acrescentando que «quando hoje se agita a ideia de mudança para que tudo prossiga igual», o PCP afirma que a «verdadeira mudança exige a ruptura com a política de direita». Como afirmou o Secretário-Geral, é com o PCP que se realizará essa ruptura e que se retomará o novo ciclo na vida nacional que Abril abriu. O PCP, «Partido com 103 anos de vida com uma história impar, de dedicação e luta contra todas as formas de exploração e opressão, pela liberdade, democracia e socialismo». É com o PCP que se fará esse caminho – um Partido «firme no seu ideal, que não abandona os seus princípios» e que «não deixa cair o sonho, o projecto político e a acção revolucionária».

Moção de rejeição para enfrentar e rejeitar a política de direita

Não será pelo PCP que o projecto da direita será implementado: a garantia foi dada há uma semana por Paulo Raimundo, reafirmando que o PCP utilizará «todos os meios ao seu dispor» para dar combate à política de direita e aos projectos reaccionários.

Na conferência de imprensa no dia 13, de apresentação das conclusões da reunião do Comité Central realizada na véspera, o Secretário-Geral do PCP foi questionado sobre se algum desses meios de combate à política de direita e aos projectos reaccionários passava pela apresentação de uma moção de rejeição ao programa de um futuro governo da Aliança Democrática (PSD-CDS), ao que respondeu afirmativamente.

O anúncio deu que falar e todas as atenções ficaram daí por diante centradas nesse instrumento parlamentar. Poucas referências houve à declaração de Paulo Raimundo de que o PCP «tomará desde já a iniciativa, respondendo desde logo aos compromissos assumidos e às

necessidades que se colocam de imediato à vida dos trabalhadores e do povo». Porque os problemas que a maioria da população enfrentava no seu dia-a-dia até 9 de Março, sublinhou, não se resolveram com as eleições. Ora, acrescentou, «é a essa instabilidade na vida que é preciso pôr fim, é essa instabilidade e só essa que precisa de resposta».

Sabemos bem e desde já o que se pode esperar da direita

Paulo Raimundo garantiu ainda que os comunistas estarão «onde é preciso estar» e que os trabalhadores e o povo, como sempre, é com o PCP que contam para defender os seus di-



reitos. E sublinhou ainda a importância e significado da luta dos trabalhadores, das populações e de diversas camadas e sectores, «determinante para a real mudança que se exige». O dirigente comunista apelou à participação em todas as lutas pelos direitos e por uma vida melhor, nas comemorações populares do 25 de Abril e na jornada do 1.º de Maio promovida pela CGTP-IN.

Iniciativa institucional e de massas, estímulo à luta organizada, reforço do Partido e das organizações e movimentos unitários, alargamento da convergência com democratas e patriotas – são estes os meios ao dispor dos comunistas para travar a direita e o seu projecto.

Sem ilusões

Confirmada a intenção do PCP de avançar com uma moção de rejeição ao programa de um eventual governo PSD-CDS, acompanhado ou não formalmente por outras forças, houve quem tenha colocado em causa a pertinência e oportunidade de tal iniciativa. Argumentam que tal anúncio é prematuro, pois ainda não há governo e muito menos programa – como se este *esperar para ver* não assentasse também – neste caso em sentido contrário – em dar o benefício da dúvida ou mesmo credibilizar um programa que ainda não se conhece e que, pior, como sublinha o PCP, será sempre contra os interesses dos trabalhadores, do povo e do País.

Como clarificou o Secretário-Geral nos comícios de Lisboa e Baixa da Banheira (ver páginas 4 e 5), «não é preciso esperar pela entrada em funções para se saber quais os projectos e objectivos desse Governo, que dali só poderá vir mais injustiça e exploração». Da parte do PCP, não se alimenta ilusões: «sabemos bem e desde já o que se pode esperar da direita, sabemos bem para quem sobra sempre o projecto da direita, sabemos bem, por muito mediatismo que

se crie, o muito de negativo que o projecto do PSD e do CDS, por si só, representa».

A moção de rejeição assume, assim, esta «dimensão política de marcação de uma posição contra a direita e o seu projecto, seja qual for a composição do governo, pois – disse-o também Paulo Raimundo – «para lá de manobras e das fabricadas discordâncias entre PSD, CDS, IL e Chega, sempre que se colocar ter de salvaguardar os interesses e objectivos do grande capital, lá se encontrarão as convergências necessárias para tentar levar por diante esses objectivos».

Sobre o posicionamento de outras forças face à iniciativa do PCP, o Secretário-Geral foi claro: «Cada um que assuma as suas responsabilidades e decida a partir do que entender. Da nossa parte não há ilusões nem benefícios da dúvida.»

Audiência em Belém

Na audiência com o Presidente da República, no dia 14, foi reafirmada a certeza de que não será com o PCP que o projecto da direita será implementado.

Numa mensagem publicada no dia 15 (Paulo Raimundo não prestou declarações à saída da audição por solidariedade com a greve dos jornalistas), o Secretário-Geral do PCP criticou o período demasiado extenso desde a dissolução da Assembleia da República até ao acto eleitoral e a ausência, no debate, das questões da injustiça, da desigualdade e dos salários, que vários protagonistas quiseram deixar de fora.

PCP reúne com PEV e ID: analisar, projectar e agir

O PCP promoveu, anteontem, encontros com os seus aliados da CDU, o Partido Ecologista «Os Verdes» e a Associação Intervenção Democrática. O objectivo foi proceder a uma análise dos resultados eleitorais e projectar a acção política futura, num quadro reconhecidamente mais exigente.

Nos encontros – o primeiro, com o PEV, realizado na sede deste; o segundo, com a ID, no CT da Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa – concordou-se no fundamental na valorização da campanha realizada em conjunto, com a participação de militantes e activistas dos dois partidos e da ID, mas também de largas centenas de outros, sem filiação partidária. No final dos encontros, Paulo Raimundo salientou a necessidade de prosseguir com a análise dos resultados, desde logo os da CDU, mas afirmou que a «justa exigência de mudança» que os resultados expressam nunca virá pelas mãos do PSD, do CDS, do Chega e da Iniciativa Liberal. Daí virá apenas a continuação do apoio aos grupos económicos e de todos os problemas com que o povo português se confronta.

O que o presente exige é a afirmação de uma alternativa aos dois caminhos que têm sido seguidos: PS, por um lado; PSD, CDS e seus sucedâneos reaccionários, por outro. A CDU tem essa alternativa, concluiu.

A delegação do PCP foi composta pelo Secretário-Geral, Paulo Raimundo, Jorge Cordeiro, dos organismos executivos do Comité Central (CC), e Eugénio Pisco, do CC. Pelo PEV participaram Mariana Silva, Heloísa Apolónia e Vítor Cavaco e pela ID João Galdes, Hélio Bexiga e Vivina Nunes.





“ Há que tomar a iniciativa, responder às novas exigências e reforçar o Partido ”



Gonçalo Oliveira
Membro da Comissão Política

O futuro não acontece, constrói-se e conquista-se

As adversidades enfrentadas pelos trabalhadores, a degradação de serviços públicos e das funções sociais do Estado, o agravamento da situação económica, o acumular de desigualdades e injustiças levam a que dois milhões de portugueses estejam em risco de pobreza ou exclusão social... É este o resultado das escolhas e política de direita.

Um exemplo marcante dessa realidade está no contínuo aumento do custo de vida, que ocorre em paralelo com os lucros exorbitantes do sector bancário e dos grandes grupos económicos, tais como a Galp, a EDP, a Jerónimo Martins, entre outros.

A forma como esse facto tem sido sistematicamente subestimado pela comunicação social revela o viés editorial das notícias. A falta de medidas para mudar a situação, por parte do PS e dos restantes partidos da política de direita, mostra a natureza da agenda neoliberal. Já quanto aos abundantes comentários e artigos de opinião que tentam normalizar o assunto, dizendo, em suma, que lucros «não são pecado», esses comprovam a dimensão da contradição existente e do esforço necessário para a tentar enquadrar, num clima de opinião pública, que

permita à política de direita prosseguir impunemente o saque.

A realidade, no entanto, não muda. A vida dos portugueses está a ser afectada por um sistema organizado, na sua base, em torno da exploração dos trabalhadores e é dessa desigualdade que emana a corrupção, as privatizações, o tráfico, as guerras e o imperialismo.

É por isso que aumentar salários e pensões, defender serviços públicos, mas também enfrentar os interesses dos grupos económicos e multinacionais, é a prioridade do momento. Só assim se poderá romper com a política que tem fomentado a acumulação da riqueza nas mãos de alguns, à custa da vida sofrida de muitos.

Com a coragem de sempre

Num momento em que a população portuguesa está, mais uma vez, confrontada com um desenvolvimento negativo para a vida do País, em resultado das últimas eleições, e é bombardeada por uma cacofonia de discursos fatalistas e/ou oportunistas, os trabalhadores e o povo podem contar com o PCP, com a coragem de sempre.

É neste contexto que devemos enca-

rar as comemorações do 103.º aniversário do PCP e as reuniões e plenários em torno das conclusões da última reunião do Comité Central. Há que aprofundar a análise da situação política, ao mesmo tempo que se potencia a iniciativa, a luta e reforço das organizações do Partido. Os comícios do passado fim-de-semana (em Lisboa e na Baixa da Banheira) revelam haver no colectivo partidário determinação e capacidade de resposta bastantes para alcançar tal objectivo.

Há que continuar o trabalho de proximidade que caracterizou a mais recente batalha eleitoral, valorizar o empenho dos militantes e amigos do Partido e tomar as medidas necessárias para superar insuficiências.

Há que tomar a iniciativa, responder às novas exigências e reforçar o Partido, ligando-o à vida e indo aí ir buscar mais força, tal como afirmámos na última Conferência Nacional. E tal como dissemos há dois anos, no encerramento do comício no Campo Pequeno, não abdicaremos da luta por uma sociedade mais justa: «Sim, seguiremos em frente, porque este colectivo partidário sabe como ninguém que o futuro não acontece, constrói-se e conquista-se!»

DELIBERADA... ...MENTE

Mediatismos, caminhos e resultados

O immediatismo que reina no espaço mediático e que impera nas leituras que lá são feitas dos resultados eleitorais levam a que se esqueça de onde viemos – e, assim, contribuir para baralhar ainda mais. Lembremos, então, alguns episódios mediáticos que, não explicando tudo o que foi reflectido no resultado de 10 de Março, ajudam a entender tendências que contribuíram para a votação da CDU e de outras forças políticas. Começámos a campanha eleitoral com duas ideias omnipresentes na boca de jornalistas e comentadores a partir das sondagens, ainda que nenhuma delas confirmasse verdadeiramente tais vaticínios: a subida vertiginosa do Chega (que chegou a ser apontado como disputando o lugar de força mais votada) e o desaparecimento do PCP e da CDU. Se a primeira parcialmente se confirmou, a segunda foi integralmente desmentida pela realidade – apesar dos esforços empenhados em tornar realidade tais desejos. Mas, para chegarmos aqui, houve todo um caminho, de promoção de protagonistas, valores e concepções retrógrados, reacionários ou mesmo fascizantes, a par de uma poderosa operação que visou o tal objectivo de «varrer os comunistas» (uma expressão que já saltou da propaganda eleitoral para as páginas de jornais). A par da presença constante, a propósito e despropósito, do Chega e de André Ventura na comunicação social (desde que virou coqueluche mediática por assumir um discurso xenófobo enquanto candidato à Câmara Municipal de Loures apadrinhado pelo PSD de Passos Coelho), fomos assistindo a outros episódios de branqueamento do seu discurso, procurando elevá-lo

a arauto da luta contra a corrupção e contra o sistema. Não sendo possível mensurar o efeito mais ou menos consciente que resultou da falsa caracterização do Chega como anti-sistema pela máquina mediática no seu actual eleitorado, certamente terá sido significativa. Foi por esta altura que começou a série de reportagens que procuraram pôr em causa a seriedade do PCP, dos seus eleitos e dirigentes, incluindo o Secretário-Geral Jerónimo de Sousa, na TVI. À distância pode-se tentar relativizar o efeito, mas foram semanas quase ininterruptas de mentira grosseira tentando puxar o PCP para o ambiente de lamaçal que alguém quis alimentar ao longo dos últimos anos. No ano seguinte, foi o ataque a propósito da realização da Festa do Avante! e do Congresso, em contexto COVID. Ainda esperamos pelos surtos e pela explosão da mortalidade que uma destacada escriba do Público disse serem certos e da inteira responsabilidade do PCP. Nem surto nem pedido de desculpas pela irracionalidade vertida nas páginas de um jornal tido como referência. A memória recente ainda tem espaço para registar as tentativas de vários órgãos (Expresso e Visão na dianteira) de semear intriga no seio do Partido, cujo objectivo não seria apenas surtir efeitos na organização, mas pôr em causa a imagem e o reconhecimento externo. E, com tudo isto, mal sobra espaço para as questões internacionais, da Venezuela à acusação de abrigar espíões russos em autarquias CDU, de tudo valeu. Serve esta lista, não para mascarar resultados eleitorais, mas para não deixar esquecer o caminho percorrido até eles.

Mais futuro do que história

Um pouco por todo o País, os militantes comunistas portugueses têm celebrado o 103.º aniversário do seu Partido. No dia 18, entre dirigentes, militantes, funcionários e colaboradores, um almoço assinalou a efeméride na Soeiro Pereira Gomes, Sede Nacional do PCP, em Lisboa.

Foi a 6 de Março que o Partido celebrou o 103.º aniversário da sua fundação, mas por todo o País estão ainda a decorrer almoços, jantares e diversas outras iniciativas de comemoração destes mais de 100 anos de história ímpar, de dedicação e luta contra todas as formas de exploração e opressão, pela liberdade, a democracia e o socialismo.

«Tempos de grande exigência reclamam um Partido determinado, coeso e convicto»

Em Lisboa, no dia 18, um almoço de aniversário juntou largas dezenas de camaradas da estrutura central do Partido na sede central, na Rua Soeiro Pereira Gomes. A intervenção do momento político da iniciativa ficou a cargo de Rui Fernandes, membro da Comissão Política do Comité Central.

«103 anos de vida de um Partido, que com legítimo orgulho, se afirma como partido da classe operária e de todos os trabalha-

dores e que no longo tempo da sua existência provou ser a força mais combativa e consequente em defesa dos interesses dos trabalhadores e do nosso povo», começou por assinalar o dirigente. «Um Partido firme no seu ideal, que não abandona os seus princípios. Um Partido que não deixa cair o sonho, o projecto político, a acção revolucionária», acrescentou.

Partido mais forte para renovadas exigências

«Celebramos o aniversário do nosso Partido quando todos temos a consciência de que vivemos tempos duros», afirmou, referindo-se aos conflitos como

a «barbárie que se consuma na Palestina», ao reforço das posições das forças fascistas e extrema-direita, ao sistema capitalista que aprofunda a sua exploração e às políticas de direita e à social-democracia europeia «geradoras de mais miséria, guerra e de ataques aos direitos dos trabalhadores». Tempos estes de grande exigência que, para o dirigente, reclamam um «Partido Comunista determinado, coeso e convicto».

«O quadro político que vivemos implica mais luta», observou, «luta que exige um Partido mais forte no plano orgânico, ideológico e financeiro». Mais forte, afirmou igualmente, «trazendo ao Partido novos militantes, responsabilizando mais camaradas», dinamizando a «venda do Avante!», reforçando a sua «ligação à vida» e dando andamento aos eixos aprovados na Conferência Nacional.



PCP cumpre compromissos assumidos no Porto

Alfredo Maia foi eleito pelo círculo eleitoral do Porto no dia 10, desde então foram já quatro os encontros que o deputado realizou com estruturas sindicais, de saúde e associações do distrito.

Honrando os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral, foi um encontro com a direcção da União de Sindicatos do Porto que marcou, logo no dia 14, a agenda do eleito. Na reunião foram abordadas questões relacionadas com as condições de trabalho na região, designadamente os problemas dos baixos salários, da precariedade, do ataque aos direitos e o incumprimento da contratação colectiva.

Depois, no dia 15, numa reunião com a Administração da Unidade Local de Saúde do Tâmega e Sousa foram abordados os problemas e a capacidade de resposta daquela instituição. A necessidade de reforço da capacidade de resposta nos Hospitais de Penafiel e Amarante, há muito recla-

mada pelo PCP, foi reconhecida pela administração. Da parte da delegação comunista foi ainda sublinhada a necessidade da valorização e reforço dos profissionais do SNS.

No dia 19, junto da direcção dos Bombeiros Voluntários de Valadares, Alfredo Maia auscultou as principais preocupações que afectam aquela corporação.

Já no dia 16 foram os problemas relacionados com a habitação, num encontro com o Movimento Porta a Porta – Casa para Todos, que estiveram em destaque. Na reunião foi possível confirmar a multiplicação dos casos de despejos forçados pela especulação e o aumento brutal das rendas, em particular nos concelhos de Matosinhos e do Porto.

O PCP reforçou a necessidade da criação de habitação pública, do controlo das rendas e da especulação e de colocar os lucros da banca a pagar o aumento das prestações do crédito à habitação.

Novo ciclo: por Abril ou contra Abril?...

Manuel Rodrigues

Entendeu o senhor Presidente da República dirigir aos portugueses uma mensagem na véspera das eleições legislativas de 10 de Março. Poderia tê-lo feito para apelar à participação no acto eleitoral, lembrando que o direito ao sufrágio é uma conquista de Abril – que a Constituição consagraria como um dos mais importantes direitos e deveres cívicos – que muito custou a conquistar; poderia lembrar que hoje, quando comemoramos os 50 anos do 25 de Abril, mais significativo se torna exercer esse direito, como a melhor forma, aliás, de o defender. Poderia fazê-lo, e se o fizesse estaria a exercer a sua magistratura de influência, estaria a honrar o seu juramento de cumprir e fazer cumprir a Constituição da República.

Mas o senhor Presidente da República aproveitou a mensagem para outros recados: desde logo, para desresponsabilizar a política de direita – desenvolvida exactamente contra as conquistas e valores de Abril – pela situação económica e social que o País vive; pelos graves problemas que os trabalhadores, o povo e o País enfrentam.

Na mensagem do senhor Presidente da República a grande culpada de tudo é a guerra – o que não significa que a guerra não tenha um peso específico nos problemas, que tem. Mas não há na mensagem uma única palavra para condenar o aproveitamento da guerra e das sanções pelos grupos económicos e as multinacionais como pretexto para promover a especulação dos preços dos bens e serviços essenciais e aprofundar a exploração, com o beneplácito apoio (ou cumplicidade) do Governo PS, em todas as questões essenciais acompanhado por PSD, CDS, Chega e IL.

Sua excelência passa ao lado disso, embora, em seu entender, tenha sido a guerra a impedir a recuperação económica e a causar os problemas na saúde, na habitação, na educação e noutras áreas sociais. E até o desemprego entre os jovens ou a garantia futura das pensões e das reformas para os menos jovens a ela se devem.

Mas também não há uma palavra para denunciar a compressão nos salários e nas pensões, em contraste com a chocante expansão dos lucros dos grupos económicos. Nem uma palavra para assinalar as gritantes injustiças e desigualdades sociais que, desta forma,



se vão gerando. Nem uma única palavra para criticar a falta de investimento nos serviços públicos que levou à sua degradação (em particular, o SNS). Nem uma única palavra para referir o peso da corrupção que é indissociável das privatizações e da promiscuidade entre o poder político e o poder económico com a preocupante subordinação do poder político ao poder económico. Nem uma palavra sobre a destruição do aparelho produtivo; a falta de emprego e a precariedade que atinge em particular os mais jovens; sobre as limitações à participação juvenil (nomeadamente na vida das escolas); a limitação dos tempos e dos espaços para a participação cívica e, até mesmo no movimento associativo. Nem uma palavra sobre o grave problema demográfico que nos atinge. Conclui o senhor Presidente da República: «Mesmo para aqueles que, nos últimos meses, não prestaram atenção ao que se passa lá fora, até porque já vivem suficientemente apreensivos com o seu dia a dia cá dentro, é, nestes instantes, que mais importa votar».

E porquê? Porque para além de todas as outras razões de contexto externo (nomeadamente a pandemia e a guerra), segundo Marcelo Rebelo de Sousa, acresce uma outra, de importância estratégica: no ano em que se comemora os 50 anos do 25 de Abril e os 49 do primeiro voto directo de todas as mulheres e homens de mais de 18 anos em séculos de vida de Portugal, «fecha-se um ciclo

de meio século da nossa História, abre-se outro, com novos desafios, novas exigências, novas ambições, mas sempre com os mesmos valores: Democracia, Liberdade e Igualdade.» Deste modo, com a realização destas eleições abrir-se-ia um novo ciclo dando por concluído o processo contra-revolucionário com a liquidação das conquistas e valores de Abril. Virar-se-ia, assim, a página de meio século da nossa história, que é o mesmo que dizer, a página da Revolução de Abril, que embora sendo uma revolução inacabada, deixou profundas marcas em Portugal: com conquistas, avanços, profundas transformações políticas, económicas, sociais e culturais (muitas das quais – as principais – foram destruídas e outras, apesar de enfraquecidas e ameaçadas, continuam presentes na vida nacional), que permanecem como referências e valores essenciais no presente e no futuro democrático e independente de Portugal. Estão bem enganados porém os que pensam que, com as eleições, se desferiu um golpe profundo, fechando-se, assim, o processo contra-revolucionário e completando-se a obra destruidora de Abril. Os mesmos que julgam ter sido aberto um ciclo novo. Novo ciclo, que faria deste tempo o tempo da total liberdade de acção para o imperialismo, o tempo para a consolidação do domínio do grande capital sobre a sociedade portuguesa, o tempo dos projectos reaccionários que lhe estão associados. No fundo, um

ciclo oposto à «Democracia, Liberdade e Igualdade» como valores de Abril. Desenganem-se: não se trata nem de um novo ciclo nem de um novo rumo. É, sim, a continuação e aprofundamento do rumo da política de direita, que já dura há mais de quatro décadas.

Perante estas eleições e os seus resultados, o que se coloca aos trabalhadores e ao povo, com acrescida actualidade, como alternativa à política de direita – de que, independentemente das suas diferenças, são responsáveis PS, PSD, CDS, Chega e IL –, é o projecto e os valores de Abril, é afirmar a necessidade e importância do ideal e do projecto comunista, de liberdade, democracia e socialismo, do papel e acção do Partido Comunista Português.

Novo ciclo, com a força dos trabalhadores e do povo, usando todos os meios que a Constituição da República Portuguesa consagra, que tem a dimensão capaz de enfrentar os perigos, derrotar projectos reaccionários, romper com a política de direita e de abdicação nacional, com o domínio do grande capital e de abrir caminho a uma alternativa patriótica e de esquerda com os valores de Abril no futuro de Portugal.

Novo ciclo, para um verdadeiro novo rumo. Esta é que é a questão fundamental que se coloca aos trabalhadores e ao povo. E que contará sempre com a acção e a iniciativa do PCP.

Estudantes do Superior manifestam-se hoje em Lisboa

No âmbito das comemorações do Dia do Estudante, hoje, 21 de Março, Lisboa acolhe uma manifestação nacional do Ensino Superior, às 14h30, entre o Rossio e a Assembleia da República.

Esta primeira grande acção de rua desde as eleições legislativas de 10 de Março partiu do apelo «Queremos mais Abril aqui», promovido pela Associação de Estudantes (AE) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, com a convergência de várias estruturas do movimento associativo, nomeadamente todas as que integram o Conselho de Associações Académicas Portuguesas, a Federação Académica de Lisboa, a Associação Académica de Coimbra e as já 15 subscritoras do apelo.

O documento aponta, essencialmente, às soluções necessárias para o Ensino Superior português – como a sua gratuitidade, alargamento e aumento das bolsas, alojamento público para estudantes, uma maior participação estudantil nos órgãos de gestão das instituições –, no ano em que se celebram 50 anos da Revolução que abriu as portas ao ensino para todos.

Secundário

O Movimento «Voz aos Estudantes» iniciou na segunda-feira, 18, uma semana de luta, sob o lema «Agarra o que é teu!»,

pelo fim dos Exames Nacionais e da sobrecarga horária, por mais funcionários, professores e condições materiais e mais e melhores transportes públicos.

Entretanto, o abaixo-assinado «Agarra o que é teu!» – subscrito por 17 AE – conta já com milhares de assinaturas, e aponta como única solução para uma Escola Pública, democrática e de qualidade reforçar luta e assinalar o Dia Nacional do Estudante (24 de Março).

«Todos os dias, nas nossas escolas, somos confrontados com a falta de financiamento, a despreocupação e a desvalorização da Escola Pública, com os entraves que isso coloca aos nossos percursos escolares e vida em geral», afirmam os estudantes, no abaixo-assinado, onde se

refere ser «recorrente» a «falta de funcionários e professores, o tempo a mais que passamos na escola, sufocados por uma desumana sobrecarga horária, as precárias condições materiais».

«Queremos mais Abril aqui»

Por outro lado, «os injustos exames nacionais servem apenas como meio para dificultar o acesso ao Ensino Superior e para acentuar as desigualdades entre os estudantes, prejudicando a aprendizagem, a superação de dificuldades e a avaliação contínua». «Até para chegar à escola, todas as manhãs, enfrentamos uma batalha, porque a falta de transportes públicos é uma constante, acordando

mais cedo para apanhar o único autocarro que passa de manhã, sendo obrigados a ficar até mais tarde na escola, e, por vezes, tendo de sair mais cedo das aulas para apanhar o último transporte», queixam-se os estudantes.

Para hoje, 21, estão previstas acções nas escolas secundárias (ES) da Lousada, Gomes Ferreira (Lisboa), e amanhã na José Afonso (Loures), António Arroio (Lisboa), Maria Amália (Lisboa), Camilo Castelo Branco (Vila Real) e Filipa de Vilhena (Porto).

Já tiveram lugar iniciativas na ES Almeida Garrett (Vila Nova de Gaia), Tomaz Pelayo (Santo Tirso), D. Dinis (Santo Tirso), Anselmo de Andrade (Almada), Bemposta (Portimão), Carolina Michaelis e Externato Vila Meã.

JCP desafia a juventude a participar nas comemorações do 25 de Abril

A Direcção Nacional (DN) da JCP apela à participação no «+ Abril Fest», dia 13 de Abril, em Lisboa, um «momento alto para a juventude projectar no presente e no futuro os valores emancipadores da Revolução de Abril».

A iniciativa – construída e dinamizada pelos jovens comunistas, com a presença e contributo de várias organizações e expressões do movimento associativo – decorrerá no Miradouro de São Pedro de Alcântara e contará com momentos de debate, de afirmação da paz e cooperação entre povos, expressões diversas de cultura, comício e concerto.

«Nestes 50 anos de Abril, não há direito conquistado que não tenha tido o contributo directo ou indirecto dos comunistas, e a sua conquista e defesa só é possível tendo como pano de fundo as portas que Abril abriu», lê-se no texto da Resolução Política saída da reunião da DN realizada no dia 16 de Março, em Lisboa.

A JCP destaca ainda o Dia Nacional de Luta do Ensino Superior, hoje, 21 de Março; a Manifestação Nacional de Jovens Trabalhadores, convocada pela Interjovem/CGTP-IN (ver pag. 13); a Manifestação Nacional de Mulheres «Mulheres de Abril com igualdade temos futuro!» (ver pag. 11); a Manifestação «Paz no Médio



A JCP destaca a importância da expressiva participação da juventude nas comemorações populares do 25 de Abril que decorrerão por todo o País

Oriente! Palestina Independente! Fim ao Genocídio!» (ver pag. 21).

Cultura, Festa do Avante! e Novos Valores

A DN da JCP chama a atenção para a necessidade de valorizar a Cultura, os seus trabalhadores, a fruição e produção culturais, pela alocação de 1 por cento do

Orçamento do Estado para este sector, rumo ao 1 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e pela criação de um Serviço Público de Cultura.

Destaca ainda a importância da preparação da Festa do Avante!, a sua divulgação e venda da EP (entrada permanente), cuja 48.ª edição ocorrerá nos dias 6, 7 e 8 de Setembro, e que irá constituir mais



um momento de afirmação do Partido, do seu ideal e projecto. Importa também dinamizar o Concurso de Bandas Novos Valores, um espaço de afirmação da Cultura como componente essencial da democracia, com o lema «Sons diferentes, Sonhos iguais. Diz não às discriminações», reafirmando o combate da JCP e do PCP a todas as formas de discriminação e opressão, como o racismo, a xenofobia; as discriminações em relação às mulheres; pelo direito pleno de cada jovem assumir a sua identidade e orientação sexual; pela efectivação da Educação Sexual.

Numa fase em que se impõe o reforço da intervenção, organização e luta, a DN da JCP lançou a campanha de fundos «Mais JCP, mais Abril».

Manifestação Nacional de Mulheres no sábado em Lisboa

Para que Abril se cumpra na vida das mulheres, sem recuos nem retrocessos, com justiça e inclusão social, desenvolvimento e trabalho, igualdade e paz, no dia 23 de Março, em Lisboa, realiza-se uma Manifestação Nacional de Mulheres.

A manifestação inicia-se na Praça do Rossio, às 15h00, e termina no Largo do Carmo. Reconhecendo «o muito que se avançou nos direitos das mulheres, particularmente na Lei», 50 anos depois do 25 de Abril, o Movimento Democrático de Mulheres (MDM) – que promove esta acção – alerta que «na vida a igualdade tarda a chegar e os retrocessos têm sido muitos, fruto de políticas que afirmam a igualdade, mas a impedem na prática».

Em comunicado, o MDM sublinha ainda que as alterações na Assembleia da República, resultantes das eleições de 10 de Março, «motivam e implicam novos desafios que exigem a participação das mulheres em defesa das conquistas de Abril», um «agir colectivo em prol de uma vida digna» e «uma mobilização, vontade e determinação para não perder direitos ou voltar atrás».

Sendo que «as mulheres e o MDM não viram as costas à luta», a Manifestação Nacional de Mulheres culmina as comemorações do 8 de Março, dando «espaço e tempo para celebrar

e defender as conquistas dos direitos das mulheres alcançados em Abril».

Semana da Igualdade

Entretanto, a Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens (CIMH) da CGTP-IN está a realizar, de 18 a 22 de Março, uma Semana da Igualdade, com centenas de plenários, arruadas, debates temáticos e contactos com trabalhadores em todos os distritos e regiões autónomas, com o objectivo de denunciar os impactos da política de direita que tem contribuído para acentuar as desigualdades, de-

MANIFESTAÇÃO NACIONAL DE MULHERES
23 de Março | 15H
ROSSIO | LARGO DO CARMO
LISBOA



gradar as condições de vida das mulheres e das famílias, com-

prometendo assim o desenvolvimento do País.

«Defender as conquistas dos direitos das mulheres alcançados em Abril»

Para hoje, 21, está prevista a realização de plenários no Hospital José Joaquim Fernandes, em Beja, às 14h30, e na Escola Básica de Monte Abraão, 10h30, e uma tribuna pública junto à Estação de Comboios de Monte Abraão, 12h30. A semana da igualdade encerra com um desfile em Faro, 10h00, no Passeio Ribeirinho; uma tribuna pública em Lisboa, 14h30, na Praça do Município; um jantar em Castelo Branco. Nos últimos dias tiveram lugar acções em Cascais, Olhão, Porto, Vila Franca de Xira, Loures, Lisboa, Torres Vedras, Cascais, Rio Maior e Olhão, entre muitas outras.

No distrito de Lisboa, informa o núcleo da CIMH, as mulheres são a maioria nas actividades onde os salários são mais baixos; continuam a receber menos que os homens; são a maioria no trabalho a tempo parcial; são lesadas pela precariedade e maioritárias no desemprego.

Entretanto, tem vindo a aumentar a participação das mu-

Continuar a luta, de todas as formas:

- Pelo aumento dos salários, fim da precariedade e horários de trabalho que permitam a articulação da vida laboral, familiar e pessoal;
- Pela redução dos preços na habitação, transportes e custo de vida. Direito à saúde, aos direitos sexuais e reprodutivos, ao respeito integral da Lei da IVG;
- Pelo direito das crianças à saúde no Serviço Nacional de Saúde, à escola pública e às creches.
- Pelas Funções Sociais do Estado democrático, por equipamentos sociais de apoio às famílias
- Por um combate sério a todas as formas de violência contra as mulheres, da violência doméstica ao proxenetismo;
- Contra a misoginia e o sexismo, os discursos de ódio racistas e xenófobos; o populismo e o fascismo, o militarismo e as guerras.



A Semana da Igualdade arrancou no Porto

Mural da Liberdade pintado em Setúbal

Mulheres de todas as idades participaram, no dia 17 de Março, na pintura de um mural no Bairro 2 de Abril, no âmbito das comemorações dos 50 anos do 25 de Abril e do programa Março Mulher 2024, em Setúbal.

A pintura muralista, a terceira do projeto «Histórias que as Paredes Contam» dinamizada pelo Monte de Letras, teve como objectivo perpetuar num muro com cerca de duzentos metros quadrados a frase «Liberdade, Querida Liberdade», do tema «Canção a Zé Mário Branco», da setubalense «A Garota Não».

Ao longo do dia, mulheres de várias gerações, incluindo a cantora que cresceu no Bairro 2 de Abril, contribuíram para a pintura do desenho, no Largo Eduardo Maria Duarte, e deram asas à



O mural foi pintado no âmbito das comemorações do Março Mulher e dos 50 anos do 25 de Abril

criação artística, expressando sonhos e vontades neste trabalho solidário.

lheres nos sindicatos da CGTP-IN. Nos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023 sindicalizaram-se 110 256 trabalhadores, dos quais 35 630 (32,3 por cento) são homens, 59 557 (54 por cento) são mulheres e 15 069 (13,7 por cento) são jovens. As mulheres têm vindo a sindicalizar-se na Intersindical de forma crescente: 2020 – 13 367; 2021 – 13 690; 2022 – 14 340; 2023 (e Janeiro de 2024) – 18 160. As mulheres constituem ainda a maioria dos delegados sindicais.

PEV

O Conselho Nacional (CN) do Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV), reunido no passado dia 16, em Lisboa, classificou como «muito preocupantes» os resultados das eleições de 10 de Março, que ficaram «aquém das expectativas e dos objectivos» traçados pela CDU.

«Não foi eleito nenhum deputado dos Verdes, o que esvazia o Parlamento de uma agenda ecologista concreta, num momento em que os desafios ambientais e sociais que estão criados (como o combate às alterações climáticas, a preservação da biodiversidade ou o combate à pobreza, para dar alguns exemplos) requerem uma intervenção muito empenhada», refere o PEV.

«Depois de uma desastrosa maioria absoluta do PS», os ecologistas consideram que o «reforço da direita e da extrema-direita» gera «as condições para a continuidade ainda mais acentuada de políticas que fomentam as desigualdades a vários níveis, que beneficiam os grandes grupos económicos e que, para o efeito, sacrificam, de uma forma ou de outra, aqueles que vivem do seu trabalho com salários já exíguos».

A curto prazo, «Os Verdes» dão conta que vão assinalar, quer em modo próprio, quer em iniciativas conjuntas e também de massas, os 50 anos do 25 de Abril, e, no dia 23, participar na Manifestação Nacional de Mulheres (ver pág. 11).

APA

A Agência Portuguesa do Ambiente (APA) voltou a negar a prorrogação da Declaração de Impacto Ambiental (DIA) do aeroporto do Montijo, que tinha sido pedida pela ANA Aeroportos em Fevereiro. A decisão foi divulgada à imprensa no dia 18 de Março.

Setúbal

A Câmara Municipal de Setúbal lançou um site inteiramente dedicado às comemorações locais dos 50 anos do 25 de Abril, acessível em www.venhamvintecincos.pt. Na nova página de internet, é possível ficar a conhecer as iniciativas do vasto programa comemorativo do projecto denominado «Venham Mais Vinte e Cincos», a decorrer até 2025.

Novo rumo para o sector da pesca na Madeira

João Pimenta Lopes, deputado do PCP no Parlamento Europeu (PE), integrou, segunda-feira, 18, um programa da CDU dedicado às pescas na Região da Madeira. Exigiu-se a renovação da frota pesqueira.

Ao longo do dia, estabeleceram-se contactos com armadores, mestres de embarcações e pescadores no Porto do Caniçal e no Varadouro de Câmara de Lobos, abordando nesses locais, respectivamente, a problemática da pesca do atum e do peixe-espada-preto.

Em declarações aos jornalistas, João Pimenta Lopes, também membro da Comissão das Pescas no PE, referiu serem «crescentes os elementos que criam dificuldades à pesca na Região» e que «fazem perigar a sua laboração e continuidade».

Na pesca do atum, «são particularmente sentidas as consequências de uma quota de pesca insuficiente, que rapidamente se esgota e que leva a que o período de operação seja cada vez mais

reduzido, pouco mais de dois meses, criando barreiras acrescidas à contratação e continuidade de mão-de-obra na pesca», acentuou. Já na pesca do peixe-espada-preto, a questão mais premente «é a condição obsoleta de uma grande parte das embarcações, numa frota envelhecida, que não reúne as condições adequadas para a laboração, face aos extensos períodos em mar, de habitabilidade, descanso e higiene», disse o deputado do PCP.

Aumento dos factores de produção

Os problemas agravam-se com o «aumento significativo» dos factores de produção, transversal às duas artes de pesca, que se expressam, sobretudo, no custo com combustíveis, mesmo no



quadro de apoios, escassos, que são mobilizados.

«Os baixos preços pagos na primeira venda em lota, motivados pela cartelização de preços e aproveitamentos, e que não acompanham a incorporação de valor na cadeia de distribuição, com preços ao consumidor que valorizam, por vezes, em centenas de pontos percentuais os valores pagos à produção, associados aos aumentos dos custos de produção, contribuem para a redução dos rendimentos da pesca, em particular para os pescadores, o que acresce às dificuldades de fixar mão-de-obra», relatou João Pimenta Lopes.

Compromisso do PCP

Ali, o deputado assumiu o compromisso do PCP de «continuar a intervir», no âmbito do Parlamento Regional e do Parlamento Europeu, mas também na Assembleia da República, em defesa da pesca artesanal, costeira e de pequena escala, com vista à mobi-

Também na Madeira, os pescadores continuam sujeitos a difíceis condições de trabalho

lização de verbas – há décadas vedadas pela Comissão Europeia – para a renovação da frota, com condições mais ágeis para aceder a estes fundos, seja do ponto de vista do aumento das taxas de co-financiamento, seja na redução da carga burocrática ou antecipação dos montantes a disponibilizar.

São crescentes os elementos que criam dificuldades à pesca»

Os eleitos do PCP continuarão igualmente a intervir, com a apresentação de medidas com vista à redução dos custos de produção, nomeadamente na fixação de preços dos combustíveis, bem como para intervenção na cadeia de comercialização, determinando medidas que possibilitem elevar os preços pagos à produção, a valorização do pescado e o seu escoamento, permitindo o aumento dos rendimentos da pesca.

«Será importante que, quer o Governo Regional, quer o Governo da República, desenvolvam todas as iniciativas que lhes permita o controlo e gestão dos recursos marítimos nas águas portuguesas e o aumento das quotas, dentro dos limites de sustentabilidade das espécies», mas também «a continuidade e vitalidade da pesca de pequena escala, costeira e artesanal, como parte integrante de uma estratégia de soberania alimentar, reduzindo o crescente défice na balança comercial de pescado que se verifica», assegurou João Pimenta Lopes.



Sandra Pereira, deputada do PCP no PE, contactou com os pescadores na DocaPesca de Albufeira

Situação preocupante na Nazaré

Em comunicado, o Grupo de Trabalho da CDU na Nazaré manifestou grande preocupação com a informação de que o presidente da Câmara Municipal, Walter Chicharro, pode ter utilizado recursos públicos para a compra de uma quantidade de pescado fresco, destinado à alimentação escolar, que foi oferecido a alguns presidentes de câmara da região Oeste, no Natal de 2022.

Para a CDU, «esta situação é profundamente preocupante, pois levanta questões éticas, legais e de responsabilidade pública em qualquer autarquia, mormente num município endividado, onde a população é chamada diariamente a pagar pelo máximo todos os impostos e taxas devido ao pagamento do serviço da dívida em curso». Também por isso, «é fundamental que a população seja esclarecida e permaneça vigilante e entrosada no processo democrático, exigindo transparência e responsabilidade aos seus representantes eleitos», considera a CDU, assegurando: «Somente assim poderemos construir uma sociedade justa e íntegra, onde os interesses do povo sejam colocados em primeiro lugar».

Para esta força, «o uso indevido de recursos públicos para fins pessoais ou políticos é inaceitável e pode constituir um crime», e, por isso mesmo, «deve ser auditado e esclarecido pelas autoridades competentes».

Jovens trabalhadores saem à rua por um futuro com direitos

No dia 27 os jovens trabalhadores sairão à rua para uma Manifestação Nacional em Lisboa e no Porto, às 15h00. Por todo o País, o Movimento Sindical Unitário (MSU) tem estado a preparar esta importante acção de luta.

Neste ano, como nos anteriores, os jovens trabalhadores comemorarão nas ruas, o Dia Nacional da Juventude (ver caixa). «Não é tempo de ficar parado à espera de mudança! É tempo de agir e de lutar!», pode ler-se no folheto informativo da CGTP-IN.

Entre as suas reivindicações, é destacada a necessidade do aumento geral dos salários, bem como a fixação do salário mínimo nacional em 910 euros, atingindo 1000 ainda em 2024. Uma forma, recorda, de combater o aumento quase diário do custo de vida.

A Intersindical reforça que «os jovens trabalhadores não são temporários ou descartáveis» reivindicando-se que a cada posto de trabalho permanente corresponda um contrato de trabalho efectivo, com regulação de vínculos para uma «vida emancipada

e independente». Mas sublinha ainda, face a uma média de trabalho semanal de 41 horas (43 em sectores como a agricultura), que os jovens trabalhadores «precisam de tempo para a viver». Reduzir o horário de trabalho para 35 horas semanais, sem perda de salário, limitar o trabalho nocturno e por turnos e a laboração contínua, e fechar o comércio às 22h00 todos os dias, e aos domingos e feriados são algumas das prioridades.

Em todo o País constrói-se a luta!

Todo o MSU tem estado, nas últimas semanas, a preparar e dinamizar a Manifestação Nacional. De acordo com Gonçalo Paixão, da Direcção Nacional da Interjovem/CGTP-IN (organização específica da juventude que



Para a juventude trabalhadora, «é tempo de agir e de lutar!»!

Greves dia 27 no comércio e serviços

O Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal (CESP/CGTP-IN) convocou, para 27 de Março, uma greve de 24 horas na **grande distribuição**.

Estão marcadas concentrações, às 11 horas, junto das sedes da SONAE (Matosinhos) e do Pingo Doce (Lisboa, Campo Grande). De tarde, os trabalhadores vão juntar-se à manifestação nacional da juventude.

A associação patronal APED pretende introduzir no contrato colectivo de trabalho condições inaceitáveis, visando alargar as possibilidades de contratação com vínculos precários, não pagar trabalho suplementar (por via de «bancos» de horas) e, em vez de contratar mais trabalhadores, desregular os horários e intensificar os ritmos de trabalho.

Com tais posicionamentos, que mantém há anos, a APED bloqueia a negociação do CCT, incluindo a

actualização dos salários, que estão em níveis «mínimos», acusou o sindicato.

Estes problemas têm sido denunciados, no exterior de super e hipermercados, em iniciativas dirigidas também aos clientes.

Na principal entrada do **El Corte Inglés**, em Lisboa, o CESP promoveu, no dia 12, um protesto contra a tentativa patronal de impor aos trabalhadores o compromisso de não darem opinião sobre a empresa, sob quaisquer termos.

Na cadeia **Minipreço** (Grupo DIA, adquirido pelo Auchan), 27 de Março é dia de greve, nas lojas, e no dia seguinte paralisam os trabalhadores dos armazéns (Torres Novas e Vialonga). O sindicato insiste na exigência de aumentos salariais de 150 euros, com efeitos a Janeiro, e não aceita que a negociação das reivindicações seja remetida para o âmbito da APED e do CCT.

No **comércio automóvel**, fazer greve (ao abrigo do pré-aviso geral do CESP) e participar na manifestação da juventude permitirá «levar para a rua a exigência da defesa do nosso contrato colectivo de trabalho e a urgência do aumento dos salários».

Em plenários, dias 13 e 14, os trabalhadores da **Accenture** decidiram voltar à greve, dia 27, para exigirem aumento dos salários em 15 por cento, com um mínimo de 200 euros, redução dos horários e dos ritmos de trabalho, fim das discriminações e melhores condições laborais.



Protesto contra a «lei da rolha» nas lojas El Corte Inglés

Em todo o País, a CGTP-IN mobiliza os jovens trabalhadores para dia 27



Dia Nacional da Juventude

Tal como há vários anos, celebra-se em 2024 o Dia Nacional da Juventude, comemorado a 28 de Março, em homenagem às centenas de jovens que, organizados pelo Movimento de Unidade Democrática Juvenil, e em pleno fascismo, participaram nas iniciativas da Semana da Juventude promovida por esta estrutura.

Tanto em Bela Mandil (Olhão), como em São Pedro de Moel e outros locais, os jovens lutaram pela paz, a liberdade e a democracia, sendo severamente reprimidos, agredidos e presos pelo fascismo.

Em sua homenagem, a juventude portuguesa toma, todos os anos, este dia como seu, saindo à rua e lutando por direitos.

tem um papel central nesta acção), a manifestação será o «desenvolvimento da luta dos locais de trabalho, da luta de todos os dias», e pretende ser uma «expressão convergente e nacional» de todos os jovens trabalhadores.

Para este fim, e segundo afirmou, a CGTP-IN tem desenvolvido, nas últimas semanas, «acções de contacto directo com os trabalhadores nos locais de trabalho», divulgando a manifestação e as suas reivindicações centrais, e procurando chegar a mais jovens.

Mas não só: também «a própria participação nos plenários de trabalhadores», garantiu, é uma forma de dinamização. Neles é divulgada a sua realização, bem como a necessidade de toda a juventude trabalhadora sair à rua.

Gonçalo Paixão lembrou o

«apelo aos pré-avisos de greve» feito junto das diferentes estruturas do MSU, recordando aquele que foi já lançado pelo CESP, bem como diversas outras acções em sectores como as indústrias transformadoras, administração local, comércio e serviços ou a hotelaria. Todas elas com o objectivo de garantir que esta manifestação seja a «expressão do descontentamento» da juventude trabalhadora, frisou.

A CGTP-IN tem, ainda, assegurado o dirigente, dinamizado por todo o País colagens de cartazes, bem como a pintura de murais em Lisboa e Porto. Ainda brevemente será realizada a pintura de um mural em Almada pelos trabalhadores dos SMAS, tendo por reivindicação o direito à água pública, afirmou.

Mineiros mostram com greve firmeza em exigências justas

No início da greve, o Secretário-Geral da CGTP-IN esteve com os trabalhadores da BTWP

Por melhores salários e condições de trabalho, e pela valorização das carreiras, os trabalhadores das Minas da Panasqueira estão em greve parcial, há uma semana, e os de Neves-Corvo começam dia 26.

A greve de três horas por turno na **Beralt Tin and Wolfram** (Portugal), empresa do grupo canadiano Almonty que é a concessionária das Minas da Panasqueira, começou no dia 14, com elevada adesão, como informou no dia seguinte a FIEQUIMETAL/CGTP-IN. Segundo a federação, de que faz parte o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira (STIM), a quase totalidade dos trabalhadores aderiu à greve, no primeiro turno, e a adesão manteve-se elevada nos restantes dois turnos.

À entrada da mina, junto à lavaria, em Rebordões (Barroca Grande, concelho da Covilhã), a partir das 7 horas, estiveram com os trabalhadores do primeiro turno, em piquete de greve, o Secretário-Geral da CGTP-IN,

Tiago Oliveira, e o coordenador da FIEQUIMETAL, Rogério Silva, bem como outros dirigentes da federação e do STIM.

Nas reivindicações destaca-se a valorização dos salários e das carreiras

Ali compareceu também uma delegação da Direcção da Organização Regional de Castelo Branco do PCP, manifestando solidariedade à luta e aos seus objectivos.

A federação assinalou que os trabalhadores «demonstram uma grande unidade e firmeza, na defesa das suas justas reivindicações, e exigem que a adminis-



tração apresente propostas que vão ao encontro das suas propostas sobre aumentos salariais e restantes matérias, que constam no Caderno Reivindicativo».

Além desta greve, convocada até

às 7 horas de dia 28, está também declarada greve a todo o trabalho suplementar.

À agência Lusa, um dirigente da FIEQUIMETAL admitiu que a greve possa prolongar-se por mais

dez dias, caso continue a faltar uma proposta patronal «razoável». Mário Matos explicou que um prémio sugerido pela administração não substitui os aumentos salariais nem faz justiça a mineiros que, «após 20 anos, continuam no início da carreira», quando «no fundo da mina, o salário começa pouco acima dos 900 euros».

Na **Somincor – Sociedade Mineira de Neves-Corvo**, no concelho de Castro Verde, «foi apresentado o pré-aviso de greve pelo STIM e avança-se agora na organização da luta», adiantou a FIEQUIMETAL, no dia 16.

A greve, entre as zero horas de dia 26 e as 8 horas de dia 28, foi decidida em quatro sessões de plenário, nos dias 3 e 4 de Março, «face à falta de resposta da administração ao Caderno Reivindicativo apresentado pelos trabalhadores, e em protesto contra o corte em algumas componentes do seguro de saúde».

Na Somincor exige-se um aumento salarial justo, em 150 euros, a melhoria das carreiras profissionais e promoções automáticas, bem como «medidas efectivas que salvaguardem a vida, a saúde e a integridade física e psíquica dos trabalhadores».

Os trabalhadores não aceitam que os aumentos salariais anuais se limitem à actualização aplicada por acto de gestão patronal e repudiam a recusa da administração a negociar com o STIM.

Adesão em massa à greve dos jornalistas

O Sindicato dos Jornalistas (SJ) «espera que as direcções e administrações tenham compreendido o descontentamento que grassa entre a classe» e que passem «finalmente das palavras aos actos».

Num balanço actualizado esta segunda-feira, dia 18, o SJ reafirma que a greve de 14 de Março «foi um marco na história do jornalismo português». Os jornalistas «aderiram em massa ao protesto nacional, por condições de trabalho dignas e em defesa da democracia», «as redacções de 64 órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais ficaram totalmente paralisadas» e «registaram-se sérios constrangimentos noutras dezenas».

«Uma forte presença de jornalistas» verificou-se também nas concentrações realizadas na passada quinta-feira em várias cidades, o que constitui «um claro sinal de fortalecimento da união e solidariedade entre a classe». O SJ destacou as que tiveram lugar em Lisboa, na Praça Luís de Camões (estimando que participaram cerca de 700 pessoas), no Porto (200), Ponta Delgada (70), Coimbra (65) e Faro (30), registando ainda concentrações «espontâneas» em Viseu e Évora.

«A maioria das concentrações contou com uma presença importante de estudantes, jornalistas reformados e membros da sociedade civil, que vieram demonstrar o seu apoio», assinalou o sindicato.

Em Lisboa, António Filipe (membro do Comité Central do PCP) e Carlos Gonçalves (da Comissão Central de Controlo) expressaram a solidariedade e o empenho do PCP na luta pelas justas reivindicações dos jornalistas. O Partido fez-se representar nas demais concentrações.

Do palco móvel, no Camões, o Secretário-Geral da CGTP-IN, Tiago Oliveira, dirigiu uma saudação aos jornalistas em luta.

Nesse dia, no final de uma audiência de uma delegação do PCP com o Presidente da República, o Secretário-Geral do Partido, em

solidariedade com a greve, não prestou declarações à comunicação social. Na quarta-feira, foi enviada ao SJ uma saudação da Redacção do Avante!, como noticiámos.

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu divulgaram uma mensagem de solidariedade com a luta dos jornalistas.

A solidariedade com a greve foi afirmada igualmente numa mensagem que o PCP publicou nas redes sociais, destacando as reivindicações de «aumentos de salários que reponham o poder de compra, fim da precariedade e condições para o exercício da profissão». «Com a instabilidade, com precariedade, com baixos salários, com a escassez de trabalhadores e redacções reduzidas, não há um jornalismo forte», mas, «por outro lado, a pluralidade e a independência são colocadas em causa com a concentração da propriedade dos órgãos de comunicação social», alertou o Partido.



Na concentração em Lisboa, o PCP esteve representado por António Filipe e Carlos Gonçalves

Por aumentos salariais justos avançam greves nas empresas

Nos últimos dias, trabalhadores da Hutchinson Borrachas, da Nobre Alimentação e da Saica Pack fizeram greve, para dar força à exigência de aumentos salariais e negociação de cadernos reivindicativos.

Com uma adesão superior a 80 por cento e um forte impacto na laboração, fizeram greve anteontem, todo o dia, os trabalhadores da fábrica da **Nobre Alimentação**, em Rio Maior. O SINTAB/CGTP-IN assinalou que ali trabalham, na maioria, mulheres, que recebem apenas o salário mínimo nacional.

Elevando a luta, os trabalhadores dão mais força às suas justas exigências

A administração recusa negociar o Caderno Reivindicativo, apresentado em Dezembro, e insiste em não elevar os salários além do valor mínimo obrigatório. Em protesto, no exterior da fábrica, os trabalhadores aprovaram uma moção a dar um mês, para que a posição patronal se altere, admitindo já a convocação de nova greve.

Na fábrica da **Saica Pack**, na Póvoa de Santo Adrião (Odivelas), houve greve esta segunda-feira, dia 18, durante quatro horas por turno. A direcção da empresa anunciou o fecho das negociações do Caderno Reivindicativo, mas os trabalhadores consideram manifestamente insuficiente a posição patronal para a actualização dos salários e exigem a reabertura do processo.

Durante a greve, os trabalhadores concentraram-se em frente à fábrica, levando para a rua o seu protesto. Ali estiveram, a apoiar e estimular a luta, dirigentes do SITE CSRA, o coordenador da Fiequimetal (Rogério Silva) e o Secretário-Geral da CGTP-IN (Tiago Oliveira).

Uma concentração de trabalhadores teve lugar no dia 13, de tarde, junta da fábrica e da sede da **BA Glass**, em Avintes (Vila Nova de Gaia), insistindo na reivindicação de aumentos salariais de 150 euros e na subida dos valores dos subsídios de refeição e de turnos.

Um dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Vidreira detalhou à agência Lusa as exigências colocadas, considerando que é pouco propor apenas uma actualização salarial de 4,3 por cento, como fez a administração. Lembrou, a propósito, os lucros exorbitantes dos últimos anos.

A greve de 24 horas na **Hutchinson Borrachas**, em Campo Maior, iniciada na noite de 12 de Março, teve grande impacto na produção, levando à paragem de muitas máquinas e de áreas produtivas da fábrica. O SITE Sul informou ainda que, por unanimidade, foi decidido dar continuidade à luta, dia 28, caso continue a não haver respostas patronais positivas às justas reivindicações de: aumento dos salários e do subsídio de refeição; pagamento, como trabalho suplementar, das horas trabalhadas ao sábado e feriado, em horário normal; criação (atribuição) de diuturnidades; e eliminação das faltas injustificadas, marcadas por tudo e por nada.

Em várias outras empresas foram já anunciadas greves para os próximos dias.



Na Saica Pack exige-se a retoma da negociação do Caderno Reivindicativo



Trabalhadores da Hutchinson Borrachas, em Campo Maior, no exterior da fábrica, durante a greve

Jornada da Administração Pública

A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública levou a cabo, esta terça-feira, dia 19, em Lisboa, uma «jornada reivindicativa». Algumas centenas de activistas, delegados e dirigentes sindicais manifestaram-se na baixa de Lisboa, entre a Rua 1.º de Dezembro e a Praça Luís

de Camões, reclamando do Governo o aumento imediato dos salários e a resposta à Proposta Reivindicativa Comum para 2024.

Para a Frente Comum e os sindicatos, a resposta aos problemas dos trabalhadores da Administração Pública é uma ur-

gência e um elemento essencial do reforço dos serviços públicos e, por esse objectivo, a luta irá continuar.

No dia 15, com uma adesão de 80 por cento, fizeram greve os trabalhadores das **santas casas de misericórdia**, informou a Federação da Função Pública (FNSTPFS),

contestando a generalização dos salários baixos e exigindo melhores condições de trabalho, para prestação de melhores cuidados aos utentes, bem como a integração na esfera do Estado. Durante a greve, realizaram-se concentrações junto de várias instituições, em Arruda dos Vinhos, Castelo Branco, Nisa e Porto.

Com índices de adesão entre 90 e 40 por cento, os trabalhadores não docentes do **Agrupamento de Escolas de Santa Bárbara**, em Gondomar, organizados no STFPSN/CGTP-IN, concluíram na sexta-feira, dia 15, cinco dias de greve, das 11h30 às 14 horas, exigindo a contratação de mais assistentes operacionais, melhores salários e condições de trabalho.



Jornada reivindicativa da Administração Pública, anteontem, em Lisboa



Concentração junto do Hospital da Prelada, no Porto, dia 15, durante a greve nas misericórdias

Enfrentar, construir e para fazer Abril todos

Entre hoje, 21, e domingo, 24, o PCP voltará a contactar os trabalhadores e as populações com quem, por todo o País, falou no quadro da campanha eleitoral para a Assembleia da República (AR). Enfrentar a política de direita, construir a alternativa e avançar por mais direitos são as prioridades do Partido.

«Dar seguimento aos contactos, às conversas, aos esclarecimentos», afirmou Paulo Raimundo, Secretário-Geral do PCP, nos comícios em Lisboa e Baixa da Banheira (ver páginas 4 e 5). «Esta ligação deve ser prosseguida, desenvolvida e aprofundada», continuou, num «trabalho que tem, desde já, continuidade na jornada de contacto com os trabalhadores e a população entre os dias 21 e 24 de Março».

Nesta jornada, será vencida uma ideia fundamental para o Partido: passadas as eleições, os problemas aí permanecem, e permanecerão enquanto não for afirmada uma política alternativa e não for rejeitada a política de direita e os seus promotores.

Contra a política do grande capital

Nestes quatro dias, lá estará o PCP, como esteve ao longo de 103 anos de

existência, respondendo aos problemas e apresentando as soluções necessárias para a vida dos trabalhadores e do povo.

Soluções que passam invariavelmente pela defesa de Abril, das suas conquistas e valores, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição da República Portuguesa e o projecto de democracia política, económica, social e cultural que esta contém.

Um projecto incompatível com projectos reaccionários que, contra a liberdade e a democracia, são promovidos por diferentes forças ao serviço do grande capital e dos grupos económicos. Projectos a que, como sempre fez ao longo da sua história, o PCP dará combate, ao lado dos trabalhadores e do povo.

Mas, também, incompatível com uma política de baixos salários, pensões e reformas, que não correspondem ao aumento do custo de vida. Uma política onde a habitação continua inacessível para muitos, num claro contraste com os lucros diários de 25 milhões de euros dos grupos económicos. Uma política de direita que, também na saúde, na educação e noutras áreas, faz prevalecer o seu verdadeiro objectivo: que sobre em lucros para poucos o que falta a quase todos para responder às suas necessidades.

Os mesmos de sempre

E se os problemas não desapareceram com as eleições, também aqueles que



avancar os dias

não os querem resolver aí continuam: não serão o PSD, CDS, Chega e IL a garantir as respostas necessárias aos problemas dos trabalhadores, do povo e do País. Muito pelo contrário, facilitarão o caminho do retrocesso, ataque a direitos, aprofundamento dos privilégios do grande capital e acentuar de riscos para o regime democrático de Abril.

Não há força que possa travar o povo na luta pelos seus direitos

E, quanto ao PS, tal como aconteceu nos anos anteriores, sempre que estiveram em causa os interesses do grande capital, a sua opção será idêntica à que teve ao longo destes dois anos de maioria absoluta em que recusou persistentemente as propostas apresentadas pelo PCP, e agudizando o caminho que levou tantos eleitores ao engano nestas eleições.

O povo conta com o PCP

O PCP estará, nestes quatro dias, junto de cada um lembrando-lhe que não está sozinho, que são muitos os que querem uma vida melhor e estão dispostos a lutar por ela. Uma luta do povo que, em 1974, construiu o 25 de Abril e defendeu as suas conquistas e que, agora e daqui para a frente, deverá traçar a construção de um futuro de progresso e de direitos.

É no PCP e na CDU que está a força mais coerente e decidida para dar combate aos projectos reaccionários da direita; para agir e ter iniciativa para dar solução aos problemas dos trabalhadores, do povo e do País; para, desde o primeiro momento na próxima legislatura, honrar a palavra dada e obrigar outros, que tudo prometeram, a mostrar a sua verdadeira face.

Dar solução aos problemas, rejeitar e combater a política de direita e os seus promotores, enfrentar, construir e avançar: este é o compromisso de sempre do PCP, ao serviço do povo e ao seu lado, todos os dias.

O povo, contando com o PCP, e demonstrando que não há força que possa travar na luta pelos seus direitos, fará Abril todos os dias.

Tomar a iniciativa!

Aumentar salários e pensões:

aumento geral de todos os salários no mínimo de 15 por cento e não inferior a 150 euros, fixando o salário mínimo nacional em 1000 euros e valorizando progressivamente os salários, aproximando-o da média da Zona Euro; aumento extraordinário das reformas, garantindo em 2024 7,5 por cento, com um mínimo de 70 euros e com efeitos retroactivos a Janeiro, assegurando a sua valorização anualmente, acima da inflação.

Salvar o SNS e assegurar o direito de todos à saúde:

assegurar mais profissionais de saúde no SNS; criar um regime de dedicação exclusiva com mais 50 por cento da remuneração e 25 por cento na contagem do tempo de serviço; reverter para o SNS recursos públicos que estão a ser desviados para os privados.

Garantir o direito à habitação:

criar um regime de protecção da habitação própria, colocando os bancos a suportar o aumento das taxas de juro; instituir um regime de protecção da habitação arrendada, com regulação e redução do valor das rendas; lançar um programa de oferta pública de habitação.

Assegurar os direitos das crianças e dos pais, das mulheres e da juventude:

universalizar e valorizar o abono de família; lançar uma rede pública de creches gratuitas; garantir os direitos das mulheres, prevenindo e combatendo todas as formas de discriminação e preconceitos, no trabalho, na família e na vida; assegurar políticas para a juventude, acabando com os exames nacionais e as propinas e combatendo a precariedade.

Defender o ambiente e a conservação da natureza:

criar um programa de investimentos para a captação, armazenamento, transporte e eficiência na utilização da água; assegurar uma transição energética justa; reduzir o preço do passe intermodal dos transportes públicos, passando o regional e metropolitano para 20 euros, e o inter-regional para 40.

Defender a Paz:

assegurar a soberania e a independência nacionais, com uma política externa de paz, amizade e cooperação; defender a dissolução de todos os blocos político-militares, designadamente a NATO e a resolução pacífica dos conflitos internacionais; desenvolver iniciativas de solidariedade com os povos em luta pela sua soberania e direitos e contra as políticas neocoloniais.

FORÇA DE ABRIL

Opções da União Europeia pela guerra são contrárias aos interesses dos povos

A agenda do próximo Conselho Europeu, em vez de adoptar soluções para os problemas sentidos por milhões de pessoas nos países da União Europeia (UE), dá prioridade aos armamentos, ao militarismo e à guerra, acusa o PCP.

Esta posição foi assumida pela presidente do Grupo Parlamentar do PCP, dia 13, na Assembleia da República, no debate preparatório do Conselho Europeu que tem lugar hoje e amanhã em Bruxelas.

União Europeia vira costas aos problemas dos povos da Europa

Este «virar costas aos problemas», assim classifica Paula Santos a postura do Conselho Europeu, significa passar ao lado de questões que agravam a situação

social e económica, afectando o quotidiano dos povos, como o «aumento do custo de vida, as dificuldades no acesso a cuidados de saúde, a pobreza e a exclusão social». Situação que é tanto mais grave e inaceitável se se atender ao seu brutal contraste com os gigantescos lucros dos bancos e dos grandes grupos económicos, acumulados muito também por via da manutenção das altas taxas de juro por decisão do Banco Central Europeu.

Para a líder parlamentar comunista, estas grandes questões é que deveriam preencher a agenda dos responsáveis políticos que estarão no Conselho Europeu:



Degradação das condições de vida dos povos nos países da UE contrasta com os lucros colossais dos grandes grupos económicos

«Medidas e políticas efectivas que combatam a degradação das condições de vida e o agravamento das injustiças e das desigualdades sociais». Aliás, lembrou, foi esse precisamente o tema que nessa mesma semana esteve em debate no Parlamento Europeu por iniciativa dos deputados do PCP que têm assento naquele órgão.

Opção pela guerra

Já sobre a primazia dada pelo Conselho Europeu à corrida aos armamentos, ao militarismo e à guerra, Paula Santos não poupou na crítica e considerou ser reveladora de uma escolha em defe-

sa não da paz e dos interesses dos povos mas sim dos «interesses das grandes multinacionais, das empresas de armamento, as únicas que beneficiam com a guerra e com a proliferação de

conflitos armados pelo mundo».

Verberou por isso a opção de desviar para o armamento e para a guerra recursos financeiros que estavam destinados às políticas de coesão. «O que falta para valorizar salários e pensões, para a saúde e a habitação, está em excesso para o aumento da capacidade de produção de armas, de munições, de bombas e mísseis, que só trarão mais morte, destruição e sofrimento», lamentou a parlamentar comunista

E quanto à «posição de subalternização» assumida pelo governo português relativamente aos ditames da UE, Paula Santos não deixou também de a criticar com severidade, insistindo na defesa dos princípios consagrados na nossa Constituição, designadamente o que advoga o «desarmamento geral, a dissolução dos blocos político-militares e a resolução pacífica dos conflitos internacionais».

Por um cessar-fogo imediato na Faixa de Gaza

Paula Santos não perdeu a oportunidade para abordar na sua intervenção a dramática situação na Palestina, exortando o Conselho Europeu - embora sem grande esperança de ver cumprido o seu desejo - a quebrar o silêncio que tem mantido sobre a brutal agressão de Israel.

No entender da deputada comunista é inaceitável que aquela instância «continue sem dizer uma única palavra de condenação perante os crimes de Israel nos territórios palestinianos ocupados». Em causa está uma realidade marcada, pormenorizou, por mais de cem mil vítimas, mais de 31 mil mortos, na sua maioria crianças e mulheres, cerca de dois milhões de deslocados, pela «negação das mais essenciais condições de vida, o que configura uma política genocida por parte de Israel».

Daí considerar que a ausência de qualquer referência a este quadro aterrador é «reveladora do cinismo e da hipocrisia de quem, noutras ocasiões, é prolixo em proclamações e condenações sobre violações do direito internacional, dos direitos humanos e da democracia». Tal comportamento traduz ainda, segundo Paula Santos, uma «efectiva e indisfarçável cumplicidade com os hediondos crimes, massacres e atrocidades cometidos por Israel contra o povo palestiniano». Considerou por isso que «é urgente um cessar-fogo imediato e permanente na Faixa de Gaza», tal como é inadiável a «ajuda humanitária à população palestiniana». Reafirmada foi, por último, a necessidade, igualmente urgente, de «respeitar e dar concretização às Resoluções aprovadas nas Nações Unidas», por forma a garantir a «concretização do direito do povo palestiniano a um Estado soberano e independente, com as fronteiras de 1967 e capital em Jerusalém oriental e a efectivação do direito ao retorno dos refugiados».

Urge o diálogo pela paz

Convicta de que a «guerra não é solução» e que é urgente «uma solução pacífica para pôr fim à guerra na Ucrânia, que dura há 10 anos, que nunca devia ter começado e é urgente que acabe», a líder parlamentar do PCP sustentou que «são cada vez mais as vozes, de diversas geografias e de diversos quadrantes, que apontam como solução a via negocial e a diplomacia» para assegurar a paz e pôr fim ao conflito. Caminho, instou, ao qual «se devia juntar o governo português».

Denúncia absurda da PSP à CPCJ

Um caso «totalmente despropositado e inaceitável», para além de «insólito», é deste modo que o PCP avalia a queixa apresentada pela PSP à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) relativa ao facto de uma mãe ter levado consigo o bebé, no carrinho de bebé, numa acção de rua, a propósito do Dia Internacional da Mulher.

Esta situação, que veio relatada em órgãos de comunicação social nacionais, levou a presidente do Grupo Parlamentar do PCP a questionar o ministro da Administração Interna sobre a referida queixa, inquirindo, de-

signadamente, se a mesma se confirma, e, se sim, «com que fundamento». Perguntado é também como avalia o responsável pela Administração Interna «a atitude da PSP de apresentar uma queixa à CPCJ».

A deputada comunista, citando a referida notícia, assinala que a PSP alegou que o frio e a chuva poderiam colocar o bebé em risco. Registe-se que o bebé, segundo a descrição do sucedido, estava protegido com mantas e com capa adequada para a chuva. Invocada por aquela força de segurança foi ainda a circunstância de se tratar de uma manifes-

tação, pelo que «poderia haver situações de risco, como uma contra-manifestação».

Resumindo, para Paula Santos, tal atitude da PSP é «totalmente descabida e despropositada», perguntando, por isso, se a mesma significa que «um adulto está impedido de se deslocar com um bebé a um centro de saúde ou à creche, porque está frio e a chover».

Daí questionar o ministro não só quanto aos «critérios utilizados para avaliação do risco pela PSP», como sobre as diligências que pensa adoptar «para corrigir o sucedido».

Nos 70 anos da vitória de Dien Bien Phu

No Vietname, foi assinalado o 70.º aniversário do começo da batalha de Dien Bien Phu, que terminou com uma «vitória retumbante» dos patriotas vietnamitas sobre o exército colonial francês. É um marco histórico da luta anti-imperialista do povo do Vietname, da luta pela sua independência, soberania e unidade nacional.

No Outono/Inverno de 1953, as tropas expedicionárias colonialistas francesas lançaram o Plano Navarro visando fazer de Dien Bien Phu, no Vietname, o mais forte complexo de bases militares da Indochina.

Na zona de Muong Thanh, 16.200 soldados franceses foram instalados em 49 bases conectadas umas às outras. Foram construídos dois aeroportos, em Muong Thanh e Honh Cum, que podiam acolher por dia quase 100 partidas e chegadas de aviões, capazes de transportar entre 200 e 300 toneladas de carga e de lançar 100 a 150 paraquedistas.

Em Dezembro, a direcção do Partido Comunista do Vietname, encabeçada por Ho Chi Minh, decidiu começar a campanha militar de Dien Bien Phu, sob a direcção do general Vo Nguyen Giap. Sob a palavra de ordem «Tudo para a frente, tudo para a vitória», dezenas de milhares de vietnamitas foram mobilizados para transportar alimentos, armas e material para o campo de batalha.

Em 13 de Março de 1954, à tarde, o exército vietnamita atacou

a base de Him Lam, marcando o início da batalha de Dien Bien Phu. As tropas vietnamitas destruíram as bases de Him Lam, Doc Lap, Ban Keo e a entrada Norte do complexo de bases de Dien Bien Phu. Mais de dois mil soldados franceses foram mortos ou capturados e foram destruídos 25 aviões.

A batalha de Dien Bien Phu, em 1954, é um «marco de ouro» da história do povo vietnamita



Dien Bien Phu marca o fim da presença francesa no Vietname

De 1 a 7 de Maio, o exército vietnamita apoderou-se das bases do Leste e lançou um ataque geral para destruir a rede das bases de Dien Bien Phu. A 7 de Maio, foi conquistado o quartel-general das tropas francesas e capturado o seu comandante. O conjunto das bases francesas, considerado «invencível», foi destruído. Após 56 dias, o exército e o povo vietnamitas conquistaram a vitória na batalha de Dien Bien Phu, que «ressou o mundo». O presidente Ho Chi Minh afirmou que essa vitória é um «marco de ouro da história vietnamita». Ela conduziu ao fim do colonialismo francês na Indochina e abriu caminho à luta pela reunificação do Vietname, entre 1955 e 1975, que culminou com a derrota do imperialismo norte-americano e a conquista da paz pelo povo vietnamita.

Governo do Níger rompe acordo militar com EUA

O governo do Níger anunciou, no sábado, 16, que rompeu «com efeito imediato» o acordo de cooperação militar com os EUA.

A ruptura foi conhecida após a visita a Niamey de uma delegação norte-americana, encabeçada pela subsecretária de Estado para Assuntos Africanos, Molly Phee, que, durante a estada, não foi recebida pelo líder nigerino, Abduraman Tiani.

«O governo do Níger, tendo em conta as aspirações e os interesses do seu povo, decidiu (...) denunciar com efeito imediato o acordo relativo ao estatuto do pessoal militar dos EUA e dos empregados civis do Departamento de Defesa norte-americano [Pentágono] no território do Níger», anunciou o porta-voz do governo nigeri-

no, Amadou Abdramane. Afirmou que a presença militar norte-americana no país africano é «ilegal e viola todas as regras constitucionais ou democráticas». Explicou que o acordo agora denunciado é «injusto» e foi imposto unilateralmente pelos EUA com uma simples «nota verbal», em 6 de Julho de 2012.

Os EUA têm mais de um milhar de soldados no Níger, a pretexto da denominada luta anti-jihadista no Sahel, e construiu uma importante base militar de drones em Agadez, no centro do país.

Uma das primeiras medidas do governo nigerino, chegado ao poder em Julho de 2023, foi expulsar as tropas francesas, que dispunham de uma base em Niamey.

O Haiti não é aqui

António Santos

Precavei-vos, ó delicadas almas europeias! Protegei as vossas perplexas orelhas democráticas, que esta é uma crónica de zumbis e canibais: uma história sinistra e negra que há 220 anos arrepiá até os menos sensíveis espíritos humanitários. Mas não vos apavoreis em vão por estas duas sólidas razões. Razão primeira: os rumores de que vos falarei vêm de longe do nosso jardim, algures além da lonjura do Mar Oceano, como aliás convém às terras dos selvagens e de todas as matérias-primas. Razão segunda: ficareis a saber também que a civilização envidou já os métodos costumeiros para que, nesta terra de mortos devorados e, de vez em quando, levantados, tudo mude agora de uma forma particular em, depois, que tudo fique na mesma.

Elon Musk avisa: os canibais invadirão os EUA! O bilionário partilha um vídeo que, assevera ele, mostra como os haitianos devoram os mortos nas ruas de Porto Príncipe. Seria admissível que os EUA, o Canadá ou até mesmo a Europa do jardim de Borell, assistissem passivamente a tanta barbárie sem enviar, rapidamente e em força, tropas quenianas para estabilizar o Haiti? É o Fardo do Homem Branco: desde 1992, o Haiti foi ocupado por 12 missões internacionais de todas as feições: - militares, civis, policiais, humanitárias... Cada ocupação é sempre mais urgente que a anterior, porque, depois de cada missão *civilizadora*, o Haiti fica ainda mais pobre, mais violento, mais caótico. Por exemplo, entre 2004 e 2017, a ONU não teve remédio a não ser ocupar o Haiti, mas quando saiu deixou uma epidemia de cólera que matou 80 000 pessoas. Ou, ainda outro exemplo, 80% dos serviços públicos já têm de ser directamente administrados pelas ONG dos países ricos, mas 60% da população (6,3 milhões

de pessoas) continua na pobreza extrema sem acesso a quaisquer serviços.

Não é de agora. Em 1804, o Haiti tornou-se na primeira colónia da América Latina e do Caribe a conquistar a independência. Um exército de escravos deixou de sê-lo impondo uma incrível humilhação militar à melhor armada do mundo «civilizado»: a de Napoleão. Desde essa altura que é indispensável aos países ricos regressarem periodicamente ao Haiti com novas armadas, missões, dívidas e muitas ONG. Foi aliás, para «manter a paz» que os EUA ocuparam o Haiti entre 1915 e 1934; foi sempre para «salvar o Haiti» que uma série infindável de verdadeiros canibais sociais, em tudo iguais a Henry e a Moise, guardanapos com que o Banco Mundial e o FMI se limpam e logo descartam, destruíram a agricultura do Haiti, que agora importa dos EUA 82% do arroz que consome, que agora bate o recorde de 70% de desempregados. E foi para «evitar o caos» que os EUA promoveram, há 20 anos, um golpe de Estado contra um presidente democraticamente eleito, Jean-Bertrand Aristide, que ousou trilhar a sendeiro de Louverture e Dessalines, rumo à soberania.

Em vésperas de eleições nos EUA, uma crise humanitária, política, internacional e migratória no Haiti é o pesadelo do Partido Democrata e o sonho do Partido Republicano. Este gostaria que a intervenção imperialista tardasse, aquele gostaria que ela se antecipasse. Ambos concordam, contudo, no essencial. O próximo ciclo de ingerência, saque e destruição está justificado pelos resultados dos anteriores: mortos nas ruas; não há escola; não há médicos; não há segurança; não há independência. Os verdadeiros canibais do Haiti não comem carne humana, mas devoram liberdade.

Aumenta o número de vítimas e a fome alastra na Faixa de Gaza

No Porto exigiu-se um cessar-fogo imediato e permanente na Faixa de Gaza

Israel prossegue a política genocida na Faixa de Gaza e aumenta a repressão na Cisjordânia. Quotidianamente, cresce o número de vítimas e alastra a fome neste território palestino. Apoiado militarmente, economicamente e politicamente pelos EUA, pelo Reino Unido, pela Alemanha e por outros países que integram a UE, Israel ameaça com um ataque militar a Rafah, onde estão deslocadas mais de um milhão de palestinianos.

Até agora, 31.726 palestinianos foram mortos e 73.792 foram feridos em consequência da guerra levada a cabo pelas forças israelitas contra a população palestiniana na Faixa de Gaza, segundo fontes oficiais, em Ramala. As autoridades de saúde locais explicam que o número de vítimas é de certeza mais elevado porque há milhares de cadáveres debaixo dos escombros das cidades e vilas bombardeadas de forma indiscriminada e premeditada por parte de Israel.

Israel anunciou a finalização do plano para o assalto militar à cidade de Rafah

Nos últimos dias, há notícia de mais mortos e feridos em resultado de ataques do exército israelita em diversos pontos deste território palestiniano. A agência de notícias palestiniana Wa-

fa informou que ocorreu mais um massacre, quando forças da ocupação israelitas assaltaram, na segunda-feira, 18, o Hospital Al-Shifa, o maior de Gaza. «As forças de ocupação irromperam nos edifícios de cirurgia especializada e de acolhimento de urgências, após o que abriram fogo contra quem se mexesse», descreveu a agência. O complexo médico já tinha sido atacado anteriormente pelas tropas israelitas.

Menos de um terço dos hospitais da Faixa de Gaza estão em funcionamento, em condições dramáticas, já que se mantém o bloqueio israelita, que impede a entrada de água, alimentos, medicamentos e combustível na Faixa de Gaza.

Fome «catastrófica»

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) alertou para a situação crítica na Faixa de Gaza, ameaçada de fome devido aos ataques das forças israelitas, e instou

a uma assistência urgente à população.

A FAO assinalou que a insegurança alimentar é «catastrófica» e que a fome pode estender-se a todo este território, se os ataques israelitas não cessarem. Os dados apontam para o rápido agravamento da situação e um relatório divulgado no início da semana refere que «toda a população da Faixa de Gaza enfrenta altos níveis de insegurança alimentar aguda» – cerca de 1,4 milhões de palestinianos, vive uma insegurança alimentar de nível «catastrófico».

Agressão em Rafah

O presidente palestiniano, Mahmoud Abbas, afirmou que a sua prioridade é impedir um eventual assalto israelita à cidade de Rafah, onde se refugiam mais de 1,4 milhões de pessoas.

O dirigente palestiniano avisou que uma operação militar contra Rafah, no sul, junto à fronteira com o Egito, provocará uma crise humanitária sem precedentes. E instou «a um maior esforço internacional» para obrigar Israel «a parar de imediato a sua agressão» e impedir tal ataque.

Abbas também reclamou a abertura de todas as passagens fronteiriças, nomeadamente em Rafa, para acelerar a entrega de



ajuda humanitária à população palestiniana, sob cerco há quase 170 dias.

Recentemente, o gabinete do primeiro-ministro israelita, Benjamin Netanyahu, anunciou a aprovação de um plano para invadir Rafah. O anúncio provocou uma vaga de críticas de numerosos países, das Nações Unidas e de várias ONG, pelas implicações que um assalto militar à cidade teria na população palestiniana, já afectada por mais de cinco meses de guerra.

Liquidar a UNRWA

O comissário geral da Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA) revelou que as autoridades israelitas o impediram, no dia 18, de entrar na Faixa de Gaza. O alto funcionário das Nações Unidas disse que tentou em vão entrar no território para coordenar e melhorar a resposta humanitária, no seguimento da publicação de um relatório que considera iminente a expansão da fome no norte de Gaza. Israel não permitiu a sua entrada, apesar do importante papel da UNRWA no território, onde é considerado um actor fundamental.

Anteriormente, o responsável pela Agência renovou o seu apelo às potências ocidentais para retomar o financiamento do or-

ganismo, face à crise humanitária na Faixa de Gaza. E agradeceu à Austrália por ter restabelecido a entrega de fundos à UNRWA, após o Canadá e a Suécia terem feito o mesmo.

Depois de o governo israelita acusar 12 dos empregados da agência – de um total de 13 mil – de terem colaborado com o Hamas, no ataque de 7 de Outubro do ano passado, países como EUA, Alemanha, Reino Unido e França suspenderam o financiamento à agência, ainda que não tenham sido provadas essas acusações.

Desmantelar este organismo da ONU seria uma medida míope, com graves consequências, concluiu o comissário.

Ilustrações sobre a Palestina de 24 artistas estão expostas no Lx Factory



OLP denuncia torturas nos cárceres israelitas

O secretário do Comité Executivo da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), Hussein Al-Sheikh, denunciou as torturas a que são submetidos os seus compatriotas nas prisões israelitas. «Os nossos heróicos prisioneiros nos cárceres da ocupação estão expostos às formas mais horríveis de tortura, abuso, brutalidade e isolamento», escreveu o dirigente palestiniano nas redes sociais. Al-Sheikh referiu-se em especial aos maus-tratos sofridos por Marwan Barghouti, um dos líderes mais populares da Palestina. Advertiu que tais violações cometidas pelo Serviço Penitenciário de Israel (SPI) põem em perigo a vida de Barghouti. «Fazemos um apelo à comunidade internacional e às organizações de direitos humanos no sentido de intervir de forma urgente para deter as medidas repressivas

contra os nossos prisioneiros», enfatizou. Há dias, em Ramala, a Comissão de Assuntos dos Prisioneiros e ex-Prisioneiros palestinianos acusou Israel de converter os cárceres israelitas em matadouros e centros de torturas. A organização alertou para o incremento das sevícias desde o início de Outubro, quando começou o actual ciclo de violência. Citou o exemplo da prisão de máxima segurança de Gilboa, onde 320 detidos palestinianos «sofrem um inferno mortal». «As nossas celas foram assaltadas, ataram-nos e golpearam-nos brutalmente em todo o corpo e depois confiscaram os nossos bens pessoais», contou um recluso à equipa jurídica do organismo. «Não temos roupas nem mantas, impõem-nos castigos e multas, e raras vezes é-nos permitido ir à clínica penitenciária para conseguir medicamentos», contou.

Em Portugal a solidariedade não abranda pela paz e os direitos do povo palestino



A solidariedade com o povo palestino e a exigência de paz no Médio Oriente não abrandam em Portugal, com a realização de várias iniciativas promovidas por CPPC, CGTP-IN, MPPM e Projecto Ruído – Associação Juvenil: para o dia 6 de Abril, às 15h30, está convocada uma manifestação para Lisboa, junto à embaixada de Israel. No próximo domingo, 24 de Março, tem lugar às 15h00 no Rossio, também na capital, a acção *Cultura pela Palestina*.

Anteontem, 19, ao final da tarde, houve concentração no Porto, na simbólica Praceta da Palestina, onde a Rua Fernandes Tomás cruza com a do Bolhão. Aí, dezenas de pessoas exigiram um cessar-fogo imediato e permanente na Faixa de Gaza e a entra-

toridades portuguesas.

Intervieram Filipe Pereira, coordenador da União dos Sindicatos do Porto, a jovem Beatriz Castro, o professor Henrique Borges (que leu um poema sobre as crianças palestinianas), Álvaro Pinto, do MPPM, e Ilda Figueiredo, do CPPC. A terminar, a presidente do CPPC garantiu que «estaremos nas ruas as vezes que forem necessárias» até que a Palestina seja independente – uma garantia que muito alegrou os presentes, determinados em prosseguir com a denúncia da ocupação e dos seus crimes e com a solidariedade a um povo que, como todos, merece ser livre.

Compromissos solidários

No sábado, 16, uma tela em branco e potes de tinta convidavam à expressão da solidariedade com a Palestina. Portugueses ou estrangeiros, foram muitos os que passavam pela Rua Augusta, uma das mais conhecidas da capital, que fizeram questão de contribuir com a sua impressão digital – pintada de vermelho, verde ou preto – para compor uma



bandeira palestiniana. Até pela sua originalidade, esta acção suscitou muita curiosidade, permitindo o diálogo com muita gente sobre a ocupação da Palestina e a solidariedade com a luta do seu povo pelos seus legítimos direitos nacionais.

Na véspera, na Livraria Ler Devagar, na LX Factory, em Lisboa, foi inaugurada a exposição das obras dos 24 ilustradores que responderam ao convite que lhes foi feito para exprimirem, com o seu trabalho, a sua visão sobre o que se passa na Palestina. Sob o mote *Ilustração é Resistência*, responderam ao convite Alexandra Ramires, Alexandre Esgaio, Ana Biscaia, André Pereira, André Rui-

vo, Arianna Vairo, Catarina Sobral, Eva Evita, Júlio Dolbeth, Mantraste, Mariana Rio, Marta Monteiro, Marta Nunes, Paul Hardman, Pedro Pousada, Rachel Caiano, Rebal Bueno, Ricardo Ladeira, Sebastião Peixoto, Susa Monteiro, Susana Matos, Teresa Carvalho, Tiago Guerreiro e Vladimiro Vale. Após a visita à exposição, que poderá estar patente no local até ao dia 31, realizou-se um debate em que participaram Carlos Almeida, do MPPM, e Sofia Costa, do CPPC.

Já antes, no dia 14, mais de uma centena de jovens – mobilizados pela Associação de Estudantes da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa – formaram uma bandeira da Palestina com cartolinas coloridas. Esta iniciativa, realizada em plena Avenida de Berna, junto àquela faculdade, teve um forte impacto público, contando ainda com as intervenções dos dirigentes associativos Luís Ferramosca e Guilherme Vaz, que destacaram a necessidade de manter uma solidariedade activa com o povo palestiniano.



Dezenas de impressões digitais formaram uma bandeira da Palestina

de ajuda humanitária, o fim da violência na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental, da ocupação e de todos os seus instrumentos (as prisões, os postos de controlo, os muros e cercas, a segregação). Defenderam a criação do Estado da Palestina nas fronteiras anteriores a Junho de 1967, com Jerusalém Oriental como capital e o direito ao regresso dos refugiados, e o seu reconhecimento imediato por parte das au-

Partido Comunista Libanês em visita a Portugal

Uma delegação do Partido Comunista Libanês (PCL), liderada pelo Secretário-Geral Hanna Gharib, e igualmente integrada por Firas Masri, deslocou-se a Portugal, de 14 a 15 de Março, no quadro das suas históricas relações de amizade com o PCP.

A delegação do PCL realizou um encontro com Paulo Raimundo, Secretário-Geral do PCP, e outro com a Secção Internacional. Foram abordadas temáticas como o trabalho junto dos trabalhadores, o movimento sindical e o poder local.

Os encontros, realizados num ambiente fraternal, permitiram uma ampla troca de informações sobre a situação em ambos os países e regiões, assim como sobre diversos aspectos da situação internacional, em particular sobre a agressão de Israel ao povo palestiniano e a situação no Médio Oriente.

O PCP reafirmou a sua solidariedade para com o povo libanês e o PCL na sua luta contra as forças do imperialismo e a ocupação sionista, bem como contra as forças que saquearam e empobreceram os libaneses. E reafirmou ainda a sua solidariedade para com o povo palestiniano e o compromisso de continuar a desenvolver em Portugal acções de luta pela paz no Médio Oriente, pelo cessar-fogo imediato e permanente, por um Estado da Palestina soberano e independente, como estipulado pelas resoluções da ONU.

Tendo sido apontado o desenvolvimento das relações bilaterais entre os dois Partidos, o PCP valorizou a disponibilidade do PCL em acolher a realização do 24.º Encontro Internacional de Partidos Comunistas e Operários, este ano, em Beirute, coincidindo com o centenário da fundação do Partido Comunista Libanês, considerando a sua realização uma importante oportunidade para expressar a solidariedade dos comunistas para com as lutas dos povos do Líbano, da Palestina e de toda a região do Médio Oriente.



Sobre o Conselho Europeu

Joel Moriano

Decorre, por estes dias, uma nova reunião do Conselho Europeu. Nesta reunião, espera-se que os chefes de Estado e Governo dos Estados-Membros debatam, entre outros, os conflitos no Leste Europeu e no Médio Oriente ou matérias relativas à segurança e defesa.

O que esperar das conclusões deste Conselho Europeu? Certamente poucas surpresas. Sabemos de antemão quais as opções que vão tomar e, também, aquilo que se recusarão a decidir. Esperar-se-á a insistência na política de confrontação, no acirrar de tensões, em destinar mais e mais dinheiro para a guerra e para o complexo industrial militar das grandes potências. É esse o caminho que tem vindo a ser concretizado através de vários instrumentos como a «Acção de Apoio à Produção de Munições», o «Mecanismo Europeu de Apoio à Paz», o «Fundo Europeu de Defesa», o mais recente anúncio de colocar o Banco Europeu de Investimento, outrora apresentado como o Banco que teria como objectivos melhorar o crescimento e o emprego, a financiar a indústria da guerra e do armamento. Ou mesmo o recentemente aprovado «Mecanismo para Ucrânia» ou a «Estratégia Industrial de Defesa Europeia». Milhares de milhões de euros para a promoção da guerra, com os prejuízos para os trabalhadores e os povos que já hoje se conhecem. Sobre a situação no Médio Oriente, depois da vergonhosa ausência de qualquer referência

à dramática situação na Palestina em consequência da brutal agressão de Israel nas conclusões de reuniões anteriores, pouco mais se poderá esperar. Aliás, disso será premonitório o recente discurso da presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, na sessão plenária do Parlamento Europeu que decorreu na semana passada em Estrasburgo. Onde, apesar das lágrimas de crocodilo, de reconhecer a dramática situação na Faixa de Gaza, com mais de trinta mil mortos, milhares de feridos, da privação a mais de dois milhões de pessoas do acesso a alimentos, água e bens essenciais, a Presidente da Comissão Europeia insistiu em não referir o responsável, o agressor, se recusou a condenar Israel por esta barbárie. Se furtou, mais uma vez, a exigir aquilo que milhões de pessoas exigem em todo o Mundo: um cessar-fogo imediato e permanente! Uma opção reveladora do cinismo e da hipocrisia de quem, noutras ocasiões, é prolixo em proclamações e condenações sobre violações do direito internacional e dos direitos humanos. Uma posição cúmplice com os hediondos crimes e atrocidades cometidos por Israel contra o povo palestino. Ao mesmo tempo, sabemos-lo, não resultarão deste Conselho Europeu, como não resultaram dos anteriores, respostas concretas aos problemas com que os povos se confrontam – do aumento do custo de vida aos baixos salários, passando pelo sufoco causado pelas altas taxas de juro, entre outros.

Pacto pelo emprego e pelo progresso social

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu reafirmam a sua proposta de revogação do Pacto de Estabilidade e da criação de um Pacto pelo Progresso Social e pelo Emprego.

A degradação da situação sócioeconómica em Portugal – pautada por um contraste estridente entre o aumento do custo de vida e os lucros dos grandes grupos económicos, no quadro de «contas certas» – é inseparável dos instrumentos da chamada governação económica da União Europeia (UE), que prejudicam a capacidade dos Estados responderem adequadamente aos problemas e necessidades sociais e económicos.

Comunistas portugueses no PE rejeitam institucionalização da política de desinvestimento e empobrecimento

A revisão em curso do quadro de governação económica da UE, agrava os instrumentos que limitam Estados de investir mais nas suas infra-estruturas e funções sociais ou nos serviços públicos.

Tal como já foi proposto pelos deputados do PCP no Parlamento

Europeu, é imperativo revogar o Pacto de Estabilidade, a legislação da Governação Económica e do Semestre Europeu, o Tratado Orçamental. Rejeitando a institucionalização da política de desinvestimento e empobrecimento, exige-se a sua substituição por um Pacto pelo Progresso Social e pelo Emprego que consagre condições para uma vida melhor, nomeadamente a promoção do pleno emprego e o reforço do trabalho com direitos; o reforço dos serviços públicos e funções sociais dos Estados; o respeito pela soberania de cada Estado; a concretização dos princípios de coesão económica, social e territorial e da sustentabilidade ambiental.

Responder aos problemas do povo e do País

No debate no Parlamento Europeu sobre o próximo orçamento da UE, os deputados do PCP defenderam um orçamento que permita a Portugal alavancar políticas que respondam aos problemas do povo e do País.

«O que certamente não faz falta, aos povos e aos trabalhadores que se confrontam com o agravamento das condições de vida, é a

mobilização de mais verbas para a militarização, para a guerra, para políticas migratórias xenófobas e construção de muros», afixaram os parlamentares comunistas portugueses.

«É preciso mais dinheiro, sim. Mas para possibilitar a Estados membros como Portugal alavancar respostas aos problemas concretos da população, aos défices estruturais que se agravam. Promover o investimento na produção nacional, garantindo a soberania alimentar e a soberania e independência nacionais, noutros domínios. Impulsionar políticas de progresso social, a promoção do pleno emprego e a criação de emprego com direitos, o combate à pobreza e à exclusão social. Promover políticas de desenvolvimento económico dentro dos limites do ambiente e preservação da biodiversidade», vincaram.

João Pimenta Lopes e Sandra Pereira apresentaram alterações neste sentido, visando condições para a melhoria da situação económica e social.

E lembraram que, face ao genocídio em curso contra o povo palestino, este orçamento deve considerar a suspensão do Acordo de Associação UE-Israel e o reforço substancial dos apoios à UNRWA, a agência da ONU para os refugiados palestinianos.

Cessar-fogo imediato e permanente em Gaza



Os deputados do PCP no Parlamento Europeu dinamizaram no dia 13, durante a sessão plenária em Estrasburgo, uma acção com a participação de parlamentares de diferentes grupos políticos e apelou a um cessar-fogo imediato e permanente na Faixa de Gaza.

A ameaça indescritível à vida e aos direitos mais básicos dos civis na Palestina exige o compromisso inequívoco das instituições da União Europeia com as resoluções e convenções das Nações Unidas sobre os direitos humanos e os direitos do povo palestino – foi realçado na iniciativa.

Acabar com a violência e a exploração no trabalho

As leis têm de proteger as mulheres trabalhadoras, defendem no Parlamento Europeu (PE) os deputados do PCP, que salientam também os direitos dos jovens e a questão da Inteligência Artificial e a defesa dos direitos dos trabalhadores.

Na União Europeia, as sucessivas opções políticas dos últimos anos, caracterizadas pela generalização da precariedade, aumento e desregulação dos horários de trabalho, facilitação do despedimento, custos elevados com a justiça e a morosidade dos processos, agravaram a vulnerabilidade e desprotecção dos trabalhadores face a práticas reiteradas e atentatórias da sua dignidade.

Em Portugal, a maioria das vítimas de assédio laboral são mulheres e, embora se tenham dado alguns passos no plano legislativo, como a ratificação da Convenção n.º 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o problema persiste e afecta a saúde psicológica e física, a dignidade e o ambiente familiar de milhares de mulheres trabalhadoras.

É necessário, destacam os

deputados do PCP no PE João Pimenta Lopes e Sandra Pereira, que as normas previstas nessa Convenção sejam cumpridas, designadamente: a promoção e negociação da contratação colectiva; garantir que os trabalhadores têm fácil e efectivo acesso a vias de recurso adequadas e eficazes, em caso de violência e assédio; assegurar que a inspecção do trabalho e outras autoridades competentes estejam capacitadas para actuar em caso de violência e assédio.

«As leis têm de proteger as mulheres trabalhadoras», reafirmam.



Opções políticas da União Europeia agravam desprotecção dos trabalhadores

Juventude não pode continuar a ver os seus direitos adiados

«Apesar de tantas vezes falados nos discursos, os jovens vivem cada vez pior. Os baixos salários, a precariedade, a falta de direitos laborais, a dificuldade de acederem a uma habitação digna, a insegurança e instabilidade na sua vida pessoal e profissional estão presentes no dia-a-dia da juventude», denunciou Sandra Pereira, deputada do PCP no Parlamento Europeu.

Considera que esta situação tem responsáveis: as políticas, também da União Europeia, que colocam o mercado acima das pessoas, que impõem a desregulação dos horários, a lei da selva no mundo do trabalho, que institucionalizam a precariedade e promovem os baixos salários, e aqueles que as têm defendido e aplicado.

Para a deputada comunista, é urgente uma mudança de política que garanta à juventude esperança no futuro; é necessário eliminar todas as barreiras ao acesso à educação; garantir o direito à habitação digna para todos; assegurar o direito ao emprego com direitos, a um salário justo, combatendo a precariedade. E mais: é preciso um Serviço Nacional de Saúde reforçado, que responda às necessidades e assegure os direitos sexuais e reprodutivos! É preciso garantir o acesso à cultura e ao lazer, e uma efectiva política de desporto. E insiste que estes direitos não podem continuar a ser negados aos jovens.

Inteligência Artificial e direitos dos trabalhadores

Os deputados do PCP no PE consideram que a Inteligência Artificial deve contribuir para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e dos povos e estão de acordo que é preciso definir com clareza os limites ao seu uso. Mas denunciam que o regulamento em discussão no PE não faz isso, uma vez que legitima um conjunto de práticas por via de uma extensa lista de excepções.

«Não temos dúvidas de que, numa sociedade como a nossa, onde o lucro é a principal força motriz, esses instrumentos acabarão por ser utilizados no aumento da exploração dos trabalhadores e darão cobertura a decisões com impactos dramáticos na vida dos cidadãos», afirmam João Pimenta Lopes e Sandra Pereira.

«As leis têm de proteger as mulheres trabalhadoras», realça o PCP no Parlamento Europeu

No entender dos deputados comunistas, a utilização da Inteligência Artificial, pelos avanços científicos e técnicos que comporta, deve contribuir para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e dos povos, para o aumento do conhecimento e da participação democrática dos cidadãos, para o desenvolvimento de cada país.

E realçam que a sua utilização deve ser acompanhada de medidas de defesa dos direitos dos trabalhadores, designadamente pela redução do horário de trabalho e valorização de salários, diminuição da idade da reforma, entre outros direitos, rejeitando todo e qualquer caminho de retrocesso social.

Eleições presidenciais na Rússia

A Comissão Eleitoral Central da Rússia (CEC) divulgou na segunda-feira, 18, os resultados das eleições presidenciais, as mais participadas de sempre, com mais de 87 milhões de eleitores a votarem, 77,44 por cento do total dos recenseados. Esta foi a primeira vez que a votação se prolongou por três dias – entre 15 e 17 de Março – e incluiu o voto electrónico em cerca de 30 regiões.

Quando tinham já sido contados 99,72 por cento dos votos, o actual presidente Vladimir Putin tinha alcançado 87,3 por cento do total. Seguiram-se o candidato do Partido Comunista da Federação Russa, Nikolai Jaritonov, com 4,3 por cento; Vladislav Davankov, da Gente Nova, com 3,83 por cento; e Leonid Slutski, do Partido Liberal Democrático, com 3,21 por cento.

A CEC denunciou os mais de 12 milhões de ataques informáticos contra o país desde o início da campanha eleitoral, 150 vezes mais do que o normal. Só contra o portal do voto electrónico foram neutralizados mais de 420 mil ataques.

Diversos Chefes de Estado felicitaram já o Presidente da Federação Russa pela sua reeleição.

Pelo fim das sanções dos EUA à Venezuela

Na semana passada, pela segunda vez num mês, o Parlamento Europeu (PE) discutiu a situação na República Bolivariana da Venezuela. «Se dúvidas houvesse, com tanta insistência fica claro que o objectivo, alinhado com a agenda dos EUA e da extrema-direita golpista venezuelana, é o de procurar interferir, uma vez mais, nos processos eleitorais da Venezuela», denunciam os deputados do PCP no PE. «O objectivo deste debate não é – mas devia ser – a exigência do fim das medidas coercivas unilaterais, contrárias ao direito internacional, impostas pelos EUA», insistem.

Por causa das sanções, entre 2015 e 2023, estima-se uma queda de 99 por cento nas receitas da produção de petróleo na Venezuela. «Imaginem – se conseguirem! – as repercussões que isso tem no desenvolvimento de um país e na vida do seu povo», desafiam os comunistas portugueses.

«Expressamos a nossa solidariedade com o povo venezuelano e a sua luta em defesa da sua soberania, do seu caminho de desenvolvimento e progresso social, livre de ingerências externas», declararam João Pimenta Lopes e Sandra Pereira.

50 anos da Revolução de Abril

Derrubar mistificações, afirmar os valores, construir o

A Revolução de Abril cumpre 50 anos daqui a pouco mais de um mês. Nestas quase cinco décadas, tem sido constante e intensa a luta entre os seus defensores e os que, inconformados com as suas conquistas e a persistência dos seus valores, pretendem elevar ainda mais o patamar da ofensiva contra os direitos, liberdades e garantias de Abril, contra o rumo de soberania, progresso e justiça social a que a Revolução apontou o País. Nesta operação do grande capital contra Abril são utilizados múltiplos e poderosos instrumentos – políticos, económicos, jurídicos e também ideológicos. As mistificações e mentiras são mais do que muitas: combatê-las e desmontá-las são parte importante do combate pela reafirmação dos seus valores no presente e no futuro do País.

Fascismo ou mero «regime conservador»?

Uma primeira grande mistificação reside na natureza do regime derrubado em Abril de 1974. Hoje, os manuais escolares, a generalidade das teses académicas e o comentário televisivo mencionam a sua natureza «conservadora» e «autoritária», reconhecem-lhe até alguns «excessos», mas chegam a elogiar-lhe supostas «façanhas» financeiras e gabam a «austeridade» pessoal do ditador (que até ganhou o concurso para maior português da RTP).

Para recusar o cunho de fascista recorrem a comparações, a estilos pessoais e a números, fugindo daquilo que é essencial: o autoproclamado Estado Novo, inspirado e copiado no que era essencial do fascismo italiano, foi (como a definiu o PCP no seu VI Congresso), a «ditadura terrorista dos monopólios (associados ao

imperialismo) e dos latifundiários» que se dotou de todos os instrumentos para esmagar a Oposição, e desde logo o movimento operário: a polícia política, a repressão e a vigilância permanente; as prisões e o campo de concentração do Tarrafal; as torturas e os assassinatos; o partido único e a censura; a orgânica corporativa; as organizações de enquadramento, como os sindicatos nacionais, a Legião Portuguesa ou a Mocidade Portuguesa. A mudança de nomes de algumas destas instituições, já com Marcelo Caetano como Presidente do Conselho – a censura passou a exame prévio, a PIDE foi renomeada DGS e o partido único, a União Nacional, passou a chamar-se Acção Nacional Popular – não lhes alterou a natureza.

48 anos de fascismo deixaram uma marca pesada no País: milhares e milhares de presos políticos e vítimas de tortura ou assassinato; jovens enviados para a guerra em África, muitos dos quais não regressaram ou voltaram estropiados ou traumatizados; elevados índices de pobreza e analfabetismo; enormes carências ao nível da saúde, habitação e infra-estruturas básicas como rede eléctrica e de saneamento básico; dezenas de milhares de emigrantes e exilados, fugindo das perseguições, da guerra e da miséria; uma economia dependente, ao serviço de um punhado de famílias e de potentados financeiros estrangeiros.

Golpe, transição ou revolução?

Outra mistificação pretende apresentar o derrube do governo fascista pelos militares do Movimento das Forças Armadas (MFA) como um acto isolado e o impetuoso movimento popular que, em simultâneo, se lhe seguiu (e que conferiu a todo o processo um carácter revolucionário) como um desvio a um qualquer «espírito inicial» do 25 de Abril. Ora, nem uma nem outra tese são minimamente aceitáveis.

Desde logo, porque a acção dos militares é antecedida por décadas de resistência e luta de amplos sectores sociais – pela liberdade e a democracia, contra a repressão e pela amnistia, por salários e direitos, pela paz. A própria criação do MFA dá-se num contexto de forte ofensiva popular contra o fascismo e a guerra colonial, à qual os militares (muitos dos quais oriundos das camadas populares) não ficaram indiferentes.

Da aliança entre os militares e o povo, estabelecida às primeiras horas da madrugada de 25 de Abril, resultaram – para lá do derrube do governo – a extinção da PIDE e a libertação de todos os presos políticos, que o general Spínola não desejava, mas que não conseguiu impedir. Todas as extraordinárias conquistas revolucionárias subsequentes deveram-se à irreprimível dinâmica popular, com o apoio dos militares progressistas.

Sendo uma revolução, Abril teve originalidades e desenvolvimentos que nenhuma análise ou proclamação pôde prever. No entanto, não só confirmou em aspectos centrais os objectivos apontados pelo PCP no seu programa para a Revolução Democrática e Nacional (aprovado em 1965) como desenvolveu propósitos consagrados no Programa do Movimento das Forças Armadas, que – ao contrário do que é muitas vezes sugerido – não se limitava a defender o fim da guerra colonial e a reposição das liberdades políticas. Propunha também uma «nova política económica, posta ao serviço do povo português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas», uma política social visando o «aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os portugueses». Foi a aliança Povo-MFA o motor da revolução que determinou as importantes conquistas: o salário mínimo nacional, a contratação colectiva, o direito de greve, as nacionalizações, a Reforma Agrária, o Serviço Nacional de Saúde, a Escola Pública, o sistema de Segurança Social universal e solidário inserem-se claramente nestes objectivos.

O papel determinante das massas populares, a profundidade das transformações alcançadas e a sua correspondência com os anseios, as aspirações – e a luta – de amplas camadas do povo português atestam o carácter revolucionário de Abril, que tal como não foi um golpe foi muito mais do que uma mera «transição democrática», como por vezes se diz.



*É com Abril, e não contra ele,
que se garante um País
mais desenvolvido, mais justo
e mais soberano*



futuro

Violência? De quem?

No recente debate televisivo (se assim o pudermos chamar) entre o Secretário-Geral do PCP, Paulo Raimundo, e o líder do Chega, este retomou uma velha tese fascista, a que acusa os comunistas de terem cometido crimes durante o processo revolucionário – para, no fim, concluírem que a própria Revolução foi um crime.

Mais uma vez, a propaganda nada tem de correspondência com a realidade: à semelhança do que acontecera durante os 48 anos de fascismo, em que os comunistas foram as principais vítimas da repressão (foram militantes do PCP a maioria dos presos, dos torturados, dos assassinados), também durante o processo revolucionário o PCP foi o alvo primordial dos ataques terroristas dos grupos de extrema-direita, como o MDLP, do qual foi operacional o vice-presidente do Chega, Diogo Pacheco de Amorim.

Entre meados de 1975 e Abril de 1977, conta o jornalista Miguel Carvalho (Quando Portugal Ardeu, 2017), tiveram lugar quase 600 atentados e acções violentas da extrema-direita, contra sedes partidárias – sobretudo do PCP –, automóveis, casas e escritórios de militantes comunistas, democratas e progressistas. Entre as vítimas mortais contam-se alguns militantes comunistas.

O general António de Spínola estava por trás destes atentados, sendo difíceis de ocultar as ligações ao PSD e também ao PS.

Durante a Reforma Agrária, usada tantas vezes como exemplo da referida «violência», foram mortos pelas forças policiais ao serviço dos agrários trabalhadores (comunistas, alguns) que defendiam o direito a trabalhar a terra. Nas ocupações – sobretudo de latifúndios absentistas – não morreu nenhum agrário.



Memória ou futuro?

A Revolução de Abril alterou completamente a face do País, que num período de alguns meses passou de um Estado fascista e colonialista, crescentemente isolado do mundo, a um País livre e democrático, apontado ao socialismo – inscrito ainda hoje como objectivo no Preâmbulo da Constituição da República Portuguesa, aprovada em 1976.

Entre as grandes conquistas democráticas da Revolução de Abril contam-se direitos fundamentais, como a constituição de partidos políticos, o direito ao voto universal e aos 18 anos, o fim da censura, a liberdade de organização sindical, os direitos de manifestação e de greve, a adopção de um largo conjunto de medidas sociais, como o aumento de salários, das reformas e pensões, o alargamento do direito a 30 dias de férias pagas, a instauração de um salário mínimo nacional; os direitos das mulheres e da juventude, a igualdade e o combate às discriminações; a reforma agrária, as nacionalizações e o controlo operário; o acesso generalizado ao ensino, à saúde e à segurança social; o desenvolvimento e a democratização da cultura; o fim da guerra colonial, reconhecendo o direito à independência dos povos das colónias; o poder local democrático; uma política externa de paz e cooperação e a salvaguarda da independência e soberania nacionais. O desenvolvimento do processo revolucionário assegurou o regime democrático, o fim do poder dos grupos monopolistas, a democratização da sociedade portuguesa, o desenvolvimento do País e

a melhoria das condições de vida do povo.

Atacada desde o primeiro dia, através de golpes e sabotagens, a Revolução de Abril ficou inacabada. O processo contra-revolucionário, iniciado em 1976, com o I Governo constitucional, liderado por Mário Soares, conseguiu reverter muitas das conquistas e reduzir o alcance de muitas outras. Mas não conseguiu tudo.

Muito do que em Abril se conquistou permanece hoje bem vivo, consagrado na Constituição da República Portuguesa. Defendê-lo, ampliá-lo, recuperá-lo, dar-lhe cumprimento efectivo é fundamental para que Abril viva no presente e no futuro de Portugal. É com Abril, e não contra ele, que se garante um País mais desenvolvido, mais justo e mais soberano.



ACTUAL

A coragem de sempre

João Frazão

«Professora comunista atirada de avião». A primeira página do Correio da Manhã chamava assim a atenção, esta terça-feira, para a publicação da última obra do Papa Francisco.

Nas páginas interiores, afirma-se que Francisco, na altura ainda padre na sua Argentina natal, teria tentado, sem sucesso, salvar Esther Palestrino, professora de bioquímica, e uma das principais dinamizadores do Movimento «Mães de Praça de Maio» e que é apresentada no livro que agora deu à estampa como uma «verdadeira comunista».

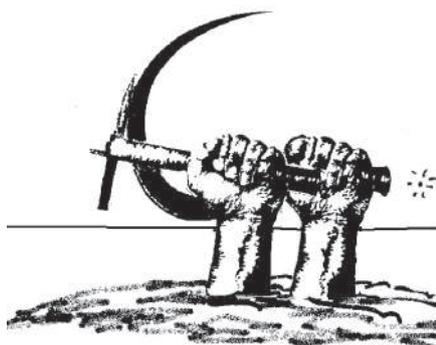
Segundo a notícia, Jorge Bergoglio teria, nesses anos negros da ditadura argentina, escondido os livros de Esther para

evitar um destino semelhante ao de dezenas de milhares de argentinos que pereceram às patas do sanguinário regime.

«Esther foi levada, torturada, e atirada de um avião para o mar. O corpo deu à costa em 1977», prossegue o matutino.

Independentemente dos reais objectivos da edição do livro, que não pretendemos aqui tratar, há um elemento nesta notícia que tem de ser sublinhado e que tem fundas ligações com os tempos que estamos a viver.

Esther era mulher, mãe, professora, mas era também comunista. Lá, na Argentina, como cá, na ditadura fascista de Salazar e Caetano, ou em qualquer parte do mundo, perante a galeria de horrores que o ca-



pitalismo, nas suas mais diversas facetas, impôs à humanidade, perante os ataques às liberdades, as limitações a direitos, a repressão, a perseguição, a perspectiva da prisão, da tortura ou mesmo da morte, foram sempre os comunistas os primeiros a levantar-se, nunca recusaram dar o peito às balas, não hesitaram em entregar a sua própria vida pela democracia, pela li-

berdade e pela paz.

Nos 50 anos do 25 de Abril lembramo-nos das palavras do resistente antifascista que sublinhava que, na PIDE, a primeira pergunta que faziam era se se era membro do PCP. Não se se era social-democrata, democrata-cristão ou liberal. O que queriam saber era se se era militante do Partido e que outros militantes conhecia!

Hoje, de novo, enquanto nos preparamos cá para a intensificação da política de direita, vemos a Argentina transformada num balão de ensaio de escabrosas experiências políticas e sociais.

Lá, como cá, de novo, podem os seus executores contar com a coragem de sempre dos comunistas para lhes fazer frente!

O novo

Manuel Gouveia

Não nos intimidemos por regressar ao básico, ao *bê-à-bá*, pois é mesmo isso que faz falta. O grande vencedor das últimas eleições foi o capital, o grande capital.

É o grande vencedor porquê? Em primeiro lugar e essencialmente porque fragilizou quem lhe faz frente: o PCP. As últimas duas eleições retiraram aos trabalhadores um conjunto de instrumentos para estes resistirem à exploração e lutarem por um outro mundo. Reflectem inegáveis avanços ideológicos das classes dominantes, da sua capacidade de manipular e iludir as massas.

Mas ganhou por outra importante ra-



zão: porque apesar do número de deputados que se submetem aos interesses do capital ser basicamente o mesmo das últimas eleições, não é a mesma coisa – para a forma e a velocidade de implemen-

tação da política ao serviço do capital – que esses deputados tenham sido eleitos dizendo que eram de esquerda ou dizendo que eram de direita ou extrema-direita. Uma das artes da política de direita é conseguir ser a alternativa a si própria. O programa do capital será o mesmo que o que estava a ser concretizado pelo governo do PS: destruir serviços públicos, reduzir impostos aos ricos, privatizar a economia. Mercantilizar e liberalizar, enquanto se mantém o país ajoelhado aos pés do imperialismo. Só que sem pelos!

Esteve muito bem o PCP ao colocar-se no plano da oposição total e frontal aos projectos do capital. E não apenas na As-

sembleia de República com a moção de rejeição. Em todos os planos da luta – política, económica, social, ideológica – que permanentemente opõe os interesses antagónicos, irreconciliáveis, de proletariado e burguesia.

Os comentadores não perceberam. Claro. Estão presos nas velhas rotinas, onde vale tudo para ganhar votos, para poder escolher o CEO, e depois sermos todos irmãos na grande casa da democracia, todos ao serviço do capital e a ser por este recompensados. Eles nunca perceberão que nós sabemos que da luta surgirá «a força capaz de varrer o velho e criar o novo». O novo!

Não vá o diabo tecê-las!

Anabela Fino

O Estado de direito está em declínio em toda a União Europeia, sendo o risco de deterioração mais elevado nos países onde os partidos de extrema-direita estão no poder ou a influenciar o poder.

O alerta, se é que é disso que se trata, consta do relatório divulgado esta segunda-feira pela rede de defesas das liberdades civis Liberties, que enfatiza o facto de haver um forte aumento das restrições ao direito de protesto.

Sem subestimar a importância da informação, parece que estamos perante a descoberta, mais uma, da pólvora, que por

acaso data do século IX. Trocando por miúdos, o relatório avalia, com base em dados recolhidos em 19 países da UE, «se os governos respeitam as estruturas do Estado de direito, como os meios de comunicação social independentes, os tribunais livres e os grupos de defesa dos direitos dos cidadãos, que os responsabilizam». Portugal não está incluído, o que é pena, tendo em conta as linhas tortas com que um parágrafo assassino é capaz de crescer num Estado de direito. Mas adiante.

A organização, com sede em Berlim, não aponta causas para a degradação em curso. Ficamos sem saber se o branqueamen-



to e aceitação da extrema-direita no seio da UE, casos da Itália, Suécia ou Finlândia, ou outros incómodos aceitáveis, isto é, todos os países de ténues escrúpulos democráticos mas com o bom senso de

não questionarem a submissão à NATO e aos EUA, têm alguma responsabilidade na matéria, ou se o fenómeno tem paternidade incógnita. As políticas da UE também não vêm à baila, apesar da polvorosa na agricultura, das taxas de juro que põem as famílias a viver na rua, ou da economia da guerra a que estamos sujeitos para o alto desígnio de liquidar a Rússia... e a China, e o Irão, e a Coreia do Norte, etc., etc., etc. A democracia degrada-se e a extrema-direita, sorrateira, vai tomando o poder. Ao povo recomenda-se espreitar debaixo da cama, antes de dormir, não vá o «inimigo» estar lá escondido.

AMBIENTE

Dia Mundial da Água 2024: que seca é esta, amigos?

Luísa Tovar

Falta água no Alentejo e no Algarve. Estas regiões têm menos precipitação e é muito mais variável que noutras zonas do País; sendo mais quentes, são mais longos os períodos em que a evaporação potencial supera a precipitação e, portanto, o pouco que chove nesses períodos evapora-se logo sem repor as reservas. Além disso, como em todo o Interior de Portugal, o escoamento depende muito das afluições de Espanha que, de facto, pouco mais são que os caudais de cheias excepcionais que os espanhóis não conseguem segurar.

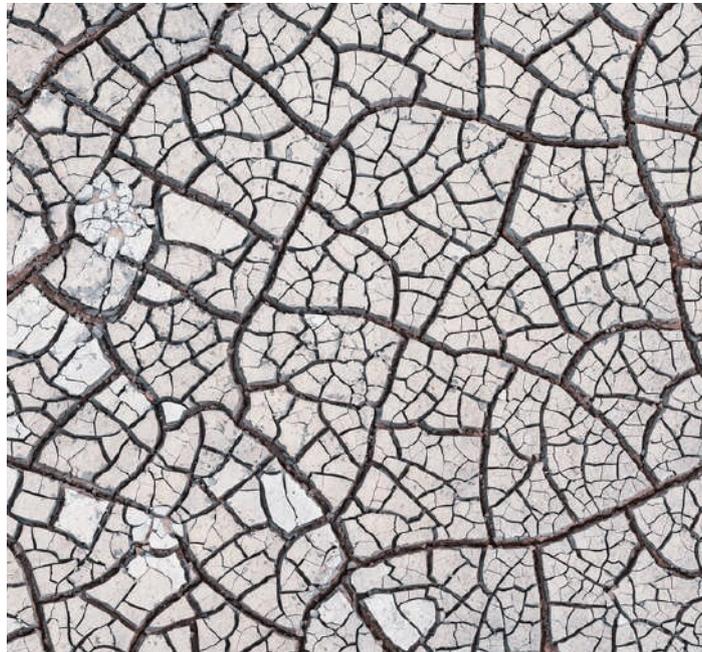
Por isso era necessário o Alqueva. Após a sua entrada em funcionamento, o sul do País dispõe de capacidade de armazenamento superficial e subterrâneo muito excepcional em Portugal, que deveria permitir atravessar sem problemas períodos relativamente longos de seca meteorológica.

Os reservatórios são essenciais para redistribuir a água dos períodos húmidos pelos períodos secos, colmatar as «faltas de água» decorrentes das variações sazonais ou de secas meteorológicas. Mas não a fabricam. As extracções têm de ser significativamente inferiores à recarga natural anual mediana (que é significativamente inferior à média).

Mas as extracções de água no Alentejo e no Algarve têm vindo a crescer brutalmente sobretudo nos últimos 15 anos, sem olhar a esse limite.

Em 2022 a EDIA forneceu 495 594 795 m³ de água para rega e mais 9 691 651 m³ a empresas do Grupo Águas de Portugalⁱ.

A água fornecida pelo Alqueva para rega aumentou 33% entre 2021 e 2022, embora a área regada só tenha crescido 4% nesse ano. Considerando só os regantes directos, que usam 76 % da água total fornecida, entre 2018 e 2022 aumentaram o consumo em 82%. Desde



2016 verifica-se a concentração fundiária, tendo dobrado a área inscrita e diminuído o número de beneficiários. Em 2022, 75,5% da área beneficiada foram propriedades com mais de 50 hectares, predominando as monoculturas intensivas de olival e frutos secos regadosⁱⁱ.

Proliferam as culturas intensivas mais exigentes em água. São classificados como Projectos de Inte-

Os serviços públicos de monitorização e gestão da água foram reduzidos ao mínimo. Esta é uma «seca política»

resse Nacional (PIN) extensos campos de golfe. Patrocina-se à Iberdrola uma central produtora de amoníaco e hidrogénio com água de Alqueva.

Os aquíferos estão em níveis baixíssimos. As afluições ao Alqueva diminuem, sobretudo as provenientes de Espanha. A EDIA afirma que atingiu o limite de fornecimento com os clientes actuais.

O déficit tornou-se estrutural

Este é o resultado previsto da política ultra-liberal de mercantilização e venda da água para cuja implementação (e explicitação) foram um marco relevante as Leis 54/2005 e 58/2005, propostas e aprovadas em uníssono pelo PS e todos os partidos à sua direita – que preconizam a privatização do domínio público hídrico e a substituição da administração pública da água pela instalação e nutrição de monopólios, explorados por muito grandes entidades de direito privado e tendencialmente de capital privado.

A barragem do Alqueva fechou as comportas em 2002, mas o contrato de concessão à EDIA aguardou a entrada em vigor dessas leis.

A relação com Espanha tem-se caracterizado não só em convénios prejudiciais para Portugal, como pelo desleixo na monitorização dos caudais entrados e não exigência de cumprimento pela parte espanhola.

O que ainda não entrou no mercado – como os aquíferos subterrâneos – é desleixado deliberadamente até à exaustão. A intervenção do Estado não é nula, mas é arbitrária e opaca, decidida aos mais altos níveis de poder sem a instrução técnica necessária, privilegiando os negócios privados mais rentáveis a curto prazo sobre as utilizações mais necessárias e o interesse público; impondo preços e taxas que inviabilizam usos socialmente muito relevantes.

Os serviços de administração pública, monitorização e gestão da água desapareceram ou foram reduzidos ao mínimo. O INAG, instituição centenária de gestão e planeamento dos recursos hídricos, foi extinto em 2013 e o edifício foi vendido.

O déficit tornou-se estrutural.

Esta é uma «seca política».

É preciso hierarquização de utilizações, licenciamento, fiscalização e monitorização da água. Culturas adequadas ao clima e à ocorrência natural da água. Água gratuita ou muito barata, mas racionada de acordo com a disponibilidade, satisfazendo as necessidades e distribuída com equidade.

Não interessa diabolizar tipologias de uso, mas exigir outra política.

Por exemplo, que o Estado cumpra as atribuições e deveres que lhe acomete a Constituição.

ⁱ.Relatório de caracterização dos clientes da EDIA 2022

ⁱⁱ.Idem

MEMÓRIA

1653 – Luís XIV torna-se Rei Sol

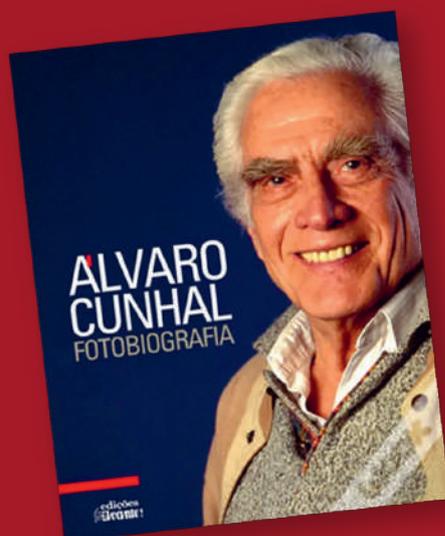


Em 1648, a França é governada pela regente Ana de Áustria, mãe do jovem rei Luís XIV, então com 10 anos, tendo como primeiro-ministro o cardeal Mazarin, sucessor de Richelieu e obreiro da monarquia absolutista, debeladas que foram a Fronda dos parlamentares e a Fronda dos príncipes. A designação refere-se às revoltas fruto do aumento de impostos para cobrir os gastos da Guerra dos Trinta Anos, que obrigaram a família real a sair de Paris mas que acabaram por ser sufocadas. Em Outubro de 1652, Luís XIV, já declarado maior, regressa a Paris com a mãe, disposto a assumir o poder. Para celebrar o regresso, o duque de Nemours organiza um grande espectáculo no palácio Petit-Bourbon, em frente ao Louvre: o «Ballet Royal de la Nuit», com uma forte mensagem política para a corte. A história decorre do final da tarde ao nascer do sol, com quatro vigílias e um triunfo final, simbolizado pelo nascer do Sol. O próprio Luís XIV encarna o Sol, ascendendo da «noite» de forma esplendorosa graças a efeitos cénicos, e perante ele se curvam os representantes da nobreza francesa, numa alegoria ao poder real sobre a sociedade. Daqui advém a designação de Luís XIV como «Rei Sol», que havia de inspirar a obra «O rei dança» (2000), do cineasta belga Gérard Corbiau.



JÁ À VENDA!

110 anos do nascimento de Álvaro Cunhal



Descobre mais sobre a vida e a obra de Álvaro Cunhal com a «Fotobiografia»

Sabe mais em editorial-avante.pcp.pt

edições Avante!

ECONOMIA

Lucros dos grupos económicos em 2023 agravam injustiças

José Alberto Lourenço

Depois de um ano de 2022 em que o sector empresarial teve no nosso país, de lucros líquidos (lucros depois de pagar impostos), cerca de 45 mil milhões de euros, batendo todos os recordes em relação a anos anteriores, os dados já conhecidos apontam para um 2023 ainda melhor para as grandes empresas e, em particular, para os maiores grupos económicos.

No final do 1.º trimestre do ano, a quase totalidade dos resultados económico-financeiros dos principais grupos económicos de base nacional são inequívocos: a esmagadora maioria destes grupos obteve lucros líquidos ainda superiores aos de 2022.

Só os cinco principais bancos do nosso sector financeiro tiveram um aumento dos seus lucros em relação a 2022 de 72,3%, 12,2 milhões de euros de lucros líquidos por dia, enquanto os 18 maiores grupos económicos atingiram de lucros líquidos 25,2 milhões de euros por dia.

A esmagadora maioria destes grupos obteve lucros líquidos ainda superiores aos de 2022

Para estes resultados muito contribuíram as elevadas subidas das taxas de juro dos empréstimos bancários e o seu reflexo no montante das margens financeiras dos bancos, a manutenção das comissões bancárias, as margens praticadas pelas grandes superfícies comerciais (que esmagam produtores e consumidores) e pelas empresas do sector energético, aproveitando-se e cavalgando as dificuldades de abastecimento internacional de bens alimentares e energéticos.

Sublinha-se que a dimensão dos lucros apresentados pelos principais grupos económicos de base nacional não envolve as multinacionais ou grandes empresas estrangeiras que operam em Portugal e cujo volume de lucros acompanha a mesma tendência de acumulação de capital, em contraste com os dificuldades sentidas pelos trabalhadores e reformados no nosso País. Dificuldades que se expressam todos os dias na vida de quem trabalha, e onde pesa a política de contenção salarial e de agravamento das taxas de juro (BCE) imposta em nome do combate à inflação, (a inflação acumulada em 2022 e 2023 foi de pelo menos 12,5%)



ROCHAK SHUKLA

contribuindo para o aprofundamento das injustiças e degradação das condições de vida.

Entretanto, o INE acabou de divulgar os resultados do Inquérito Trimestral ao Emprego referente ao 4.º Trimestre e ao ano de 2023, em que é disponibilizada informação sobre o rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem nos últimos anos.

Segundo estes dados do INE, o rendimento médio mensal líquido dos trabalhadores por conta de outrem em Portugal, isto é, o salário médio que o trabalhador leva para casa retirados os descontos para a Segurança Social e os descontos para o IRS, subiu no ano passado 30 euros, para 1 041 euros, o que corresponde a um aumento de 2,97%, face ao salário médio de 1 011 euros de 2022, mas este valor não chega para compensar a inflação média de 4,3% registada em 2023. Para tal, esse aumento médio teria de ter sido de 43,5 euros.

Se juntarmos os dados de 2022, em que a inflação foi de 7,8%, concluiremos que, segundo estes dados do INE, a perda média de poder de compra nos últimos dois anos foi de 60 euros por mês.

Os dados – lucros e salários – aqui tratados confirmam o quadro de profundas injustiças e desigualdades que marcam a situação nacional.

Por todas estas razões a valorização dos salários constitui hoje imperativo nacional e por isso mesmo o PCP tem vindo a bater-se por um aumento mínimo dos salários de 15% e não inferior a 150 euros, pois só desta forma será possível repor muito do poder de compra perdido nos últimos anos, o que fez com que o peso ajustado dos salários no PIB (indicador do Eurostat) tenha baixado dos 60,1% em 1998 (ano de adesão ao euro) para os 52,9% em 2023 (menos 7,2 pontos percentuais). Portugal foi mesmo dos actuais vinte países que constituem a zona euro, um dos países onde esta quebra, desde a adesão ao euro foi maior.

FRASES

“Ó verdadeiros, únicos e genuínos democratas: têm de trabalhar mais, porque ainda não foi desta que mataram o PCP.”

(Pedro Tadeu, Diário de Notícias, 13.3.24)

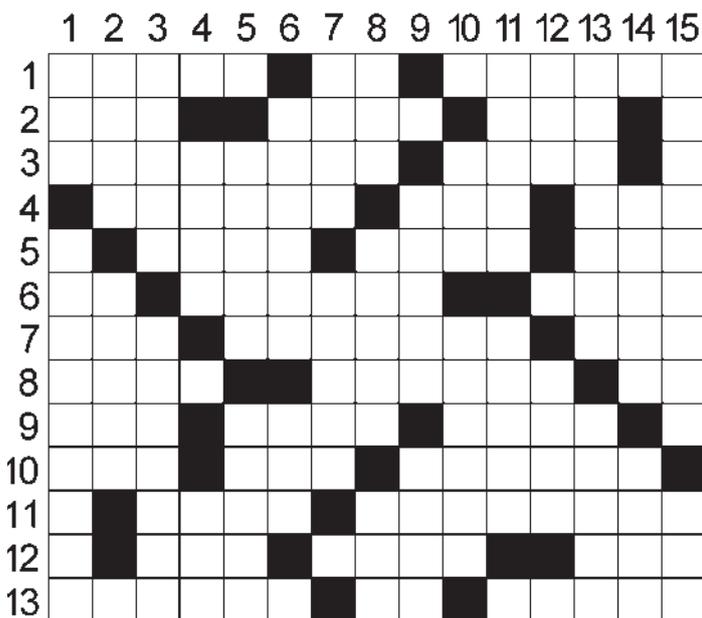
“Desinformação e teorias da conspiração não são novidade. A gravidade da situação actual resulta da combinação explosiva entre a percepção de falta de transparência, a crise de representação e a possibilidade de fazer chegar todo o tipo de informação falsa a milhões de pessoas sem quaisquer filtros.”

(Susana Salgado, Público, 18.3.24)

“Não é de espantar, como observou Schumer, que Israel se torne um estado pária aos olhos de muitas nações. A mais nenhum país seria permitido o que é tolerado a Israel.”

(Amílcar Correia, Público, 19.3.24)

PALAVRAS CRUZADAS



ventrículo esquerdo do coração e a partir da qual o sangue arterial é conduzido a todo o corpo; levar a reboque. 4 - Unidade monetária do Japão; nome da letra M. 5 - Ódio; divisão do terreno de um cemitério no qual se podem abrir sepulturas. 6 - Fatigar; pedra do altar. 7 - Pequeno cubo, cujas faces têm pintas ou figuras, usado em certos jogos; molusco gastrópode. 8 - Esclerose Lateral Amiotrófica (sigla); pequena embarcação; como assim? (interj.). 9 - Massa de cera, pez e sebo para encerar fio; revestimento externo do corpo humano constituído pela epiderme e pela derme e unido ao tecido celular subcutâneo. 10 - Corda estendida de um navio a outro para o rebocar; ascensão. 11 - Preparar-se para comer bem; inflamação do ouvido. 12 - Mostrar alegria ou divertimento; esvaziar. 13 - Apaixonados; esteja unido por aderência. 14 - Depressão e elevação da superfície das águas (pl.); aniversário natalício. 15 - Dar forma de castelo a; unidade de medida agrária equivalente ao decâmetro quadrado.

HORIZONTALS: 1 - Guapo; dei; barata. 2 - Oro; calar; fim. 3 - Abriçada; tira. 4 - Eterno; coar; nós. 5 - Anisic; TNT. 6 - Os; emalar; pede. 7 - Via; arena; arenoso; sal. 8 - Ente; soluto; sa. 9 - Lar; cama; bica. 10 - Ele; ora; pida. 11 - Leva; hederna. 12 - Ama; vela; ror. 13 - Ourla; me; frase. VERTICAIS: 1 - Goa; novalesco. 2 - Urbe; sinal. 3 - Aorta; atrelar. 4 - Lene; eme. 5 - Grma; coval. 6 - Canasar; ara. 7 - Dado; tesma. 8 - ELA; canoa; hem. 9 - Cerol; pele. 10 - Toa; subida. 11 - Amantes; adira. 14 - Ondas; anos. 15 - Acastelar; are.

SUGESTÕES DA SEMANA

Exposições



50 Anos de Abril, mostra colectiva a celebrar os 50 anos do 25 de Abril, com obras de cerca de 40 artistas, entre eles João Abel

Manta, Manuel San-Payo, António Carmo, Guilherme Parente ou Sofia Areal, com curadoria de João Paulo Queiroz e Jaime Silva. Entrada livre. **Até 20 de Abril**, na Sociedade Nacional de Belas Artes, **Lisboa**.



Infância

Num Abril e fechar de olhos, espectáculo para toda a família que conta a história da luta de três crianças pela concretização

do sonho de ter um parque infantil, numa alegoria à Revolução dos Cravos, pelo Teatro Extremo, com autoria e encenação de Mafalda Santos, direcção musical de Artur Guimarães. **Até 14 de Abril**, sextas (21h30), sábados (16h00) e domingos (11h00), no Teatro-Estúdio António Assunção, **Almada**.

Teatro

Menina Júlia, de August Strindberg, com encenação e dramaturgia de Duarte Victor, pelo Teatro Animação de Setúbal.

De 21 a 23 de Março, 21h30, em A Gráfica - Centro de Criação Artística, **Setúbal**.

A Farsa de Inês Pereira, a partir de Gil Vicente, com texto e encenação de Pedro Penim, numa produção do Teatro Nacional D. Maria II.

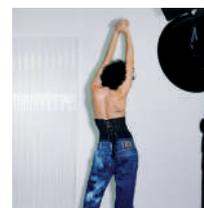
Dias 21 (19h00), **22** (15h00 e 21h00) e **23** (19h00), no Teatro Carlos Alberto, **Porto**.



Música

Jazz Além Tejo, em 16.ª edição, o Encontro Internacional de Jazz do Litoral Alentejano, tem

no cartaz The Bop Collective, **dia 22**, às 21h30, e The Peace of Wild Things, **dia 23**, às 17h30, ambos no Auditório Mário Primo, Escola Secundária Padre António Macedo. Ainda no **dia 23**, 17h30, Sunset Jazz, no 02 Café, B For Beyoncé, tudo em **Vila Nova de Santo André, Santiago do Cacém**.



Artes performativas

Notebook, a mais recente criação da bailarina, coreógrafa

e artista visual Alexandra Bachzetsis, numa interacção de dança, performance e teatro, geradora de espaços onde o corpo se manifesta como dispositivo artístico e crítico.

Dias 22 e 23, 19h30, no Teatro do Bairro Alto, **Lisboa**.

SUDOKU

	1	4				7		
			4	1	7	9		6
				9		8		
			8					
8		6	9		3	5		7
					4			
		8		6				
2		7	5	4	9			
		1				3	9	

			1					7
	1		3		5			8
	9			4				3
2			9			7		8
	3							5
7		9			3			6
5				2				7
	2		8		9		6	
9					1			

7	6	2	9	7	1	5	9
8	9	1	6	7	5	7	3
5	7	2	1	9	3	8	6
6	8	9	7	1	1	5	2
7	1	5	2	6	9	7	8
3	2	7	9	3	8	6	1
1	7	8	6	2	3	9	7
9	3	6	7	1	7	2	8
2	5	7	8	9	7	1	6

4	2	8	1	6	5	9	7	6
5	9	6	7	8	7	7	2	1
1	7	6	6	2	7	4	7	1
7	5	9	2	8	3	1	4	6
4	3	8	6	1	7	2	5	9
2	6	1	9	5	4	7	3	8
8	9	5	7	4	2	6	1	3
6	1	7	3	9	5	4	8	2
3	4	2	1	6	8	5	9	7

Lê e divulga

Assine!

Para receber o jornal por correio, preencha esta ficha, e envie-a, com comprovativo de pagamento (transferência bancária, vale postal ou cheque), para a Editorial Avante! (Campo Grande, 220-A, 1700-094 LISBOA, ou assinaturas@editorial-avante.pcp.pt). Pode igualmente fazer a sua assinatura através do sítio na internet, aproveitando os vários métodos de pagamento disponíveis (cartão de crédito, PayPal, multibanco e MB Way)

Ficha de assinante

Nome _____
NIF _____
Morada _____
Localidade _____
Código Postal _____

Assinatura por: 52 números 26 números

Assinatura (IVA e portes incluídos)

52 números € 67.00
26 números € 34.00
Europa € 130.00
Fora da Europa: (52 números) € 195.00

Pagamento por transferência bancária:
IBAN - PT50 0007 0021 0013 5130 0025 9
BIC - BESCPTPL

Dá acesso aos conteúdos na internet entre as 9h00 de hoje e as 8h59 do dia de saída do próximo Avante!

Utilizador: leitor
Senha: edfas554as



Forma de acesso

Para aceder a todo o conteúdo do Avante! na internet, siga os seguintes passos:

1. Preencha o campo «utilizador» com a palavra leitor;
2. Preencha o campo «senha» com a senha indicada na edição do Avante! da semana (as senhas anteriores deixam de ser válidas às 9 horas da manhã de cada 5.ª feira);
3. Resolva o problema matemático indicado em baixo sob a designação CAPTCHA, preenchendo o resultado no campo disponível;
4. Para submeter os dados, iniciando o acesso, accione o botão submeter;
5. Para quem optou por guardar a senha no navegador da internet, em cada semana terá de remover a senha da semana anterior.

Reuniões e iniciativas

Algarve Loulé

- **Domingo, 24**, 13h00, almoço de aniversário do PCP, no CT de Quarteira.

Lagos

- **Domingo, 24**, 13h00, almoço de aniversário do PCP, no CT de Lagos.

Olhão

- **Quinta-feira, 28**, 19h00, jantar de aniversário do PCP, no CT de Olhão.

Aveiro

- **Sábado, 23**, 21h30, Espectáculo «Abril é Mais Futuro», no Conservatório de Música de Aveiro.

Beja Serpa

- **Hoje, 21**, **João Pimenta Lopes**, deputado do PCP no Parlamento Europeu, participa nas seguintes iniciativas: 15h30, contacto com trabalhadores no Estaleiro da Câmara Municipal; 17h00, contacto com trabalhadores na Câmara Municipal; 18h00, junto ao mercado municipal, sessão pública.
- **Domingo, 24**, sessão pública em Vale de Vargo.

Moura

- **Hoje, 21**, **João Pimenta Lopes** participa nas seguintes iniciativas: 10h00, visita à APPACDM-IPSS; 11h00, contacto com empresários na Zona Industrial de Moura.

Vidigueira

- **Sexta-feira, 22**, **João Pimenta Lopes** cumpre o seguinte programa: 7h00, contacto com trabalhadores no Estaleiro da Câmara Municipal; 8h00, contacto com trabalhadores e população no mercado de Vila de Frades; 10h00, contacto com comércio local na Vidigueira; 12h30, contacto com trabalhadores da Câmara Municipal.

- **Segunda-feira, 25**, 20h30, plenário de militantes.

Beja

- **Sexta-feira, 22**, **João Pimenta Lopes** integra as seguintes acções: 15h00, contacto com trabalhadores da EMAS, Beja; 16h00, contacto com trabalhadores e população no Intermachê; 16h45, contacto com o comércio local nas Portas de

Mértola; 18h00, sessão pública nas Portas de Mértola.

Aljustrel

- **Sábado, 23**, 15h00, plenário de militantes.

Alvito

- **Sábado, 23**, 12h30, contacto com trabalhadores da Câmara Municipal.

- **Domingo, 24**, plenário de militantes, no CT de Alvito.

Ferreira do Alentejo

- **Domingo, 24**, 13h00, almoço convívio comemorativo do aniversário do Partido, no Bar do Jardim, Ferreira do Alentejo.

Braga Braga

- **Sexta-feira, 22**, 18h00, apresentação VII Tomo Obras Escolhidas Álvaro Cunhal, na Livraria Centésima Página, com **Francisco Melo**, director das Edições Avante!, e **Vítor Rodrigues**, da DORB.

Guimarães

- **Domingo, 24**, 12h30, almoço comemorativo do 103.º aniversário do PCP, na Associação Trovadores do Cano, com **Belmiro Magalhães**, da Comissão Política. Inscrições, 916 069 450.

Leiria

Marinha Grande

- **Hoje, 21**, 21h00, plenário concelhio de militantes, com **João Norte**, do Executivo da DORLEI, no CT da Marinha Grande.

- **Domingo, 24**, 13h00, almoço de aniversário do PCP, com **Vasco Cardoso**, da Comissão Política, no Grupo Desportivo e Recreativo das Figueiras, Marinha Grande.

Alcobaça

- **Sábado, 23**, 15h00, plenário concelhio de militantes, com **Luís Caixeiro**, do CC, no CT de Alcobaça.

Lisboa Lisboa

- **Hoje, 21**, 18h30, plenário da Função Pública da Organização Regional de Lisboa, com **António Filipe**, do CC, no CT Vitória.

- **Domingo, 24**, 13h00, almoço de aniversário do Partido, no CT dos Olivais (Rua da Quinta da Fonte, n.º 7). Inscrições: 966 317 034.

- **Domingo, 24**, 12h00, almoço seguido de plenário do Sector dos Seguros da ORL, no CT Vitória.

- **Domingo, 24**, 13h00, almoço-convívio da Freguesia da Ajuda, no CT de Alcântara (Rua de Alcântara, n.º 27, 1.º), no âmbito das comemorações do aniversário do PCP, com **Inês Zuber**, do CC. Inscrições: 910 726 938.

- **Segunda-feira, 25**, 17h30, plenário do Sector dos Bancários, no CT Vitória.

Loures

- **Domingo, 24**, 12h45, almoço-convívio, com **Tânia Mateus**, no CT de Sacavém.

Sobral de Monte Agraço

- **Domingo, 24**, 13h00, almoço comemorativo do 103.º aniversário do PCP, com **Jerónimo de Sousa**, na Associação Recreativa e Desportiva de Val de Vez. Inscrições até 20 de Março para: Jorge Humberto, 914 760 957; José António Henriques, 917 168 287.

Oeiras

- **Hoje, 21**, 14h30, contacto com trabalhadores da Seda Ibérica, numa iniciativa do Sector de Empresas do concelho de Oeiras.
- **Hoje, 21**, 17h00, contacto com utentes dos transportes na estação de Algés.

- **Sexta-feira, 22**, 12h00, contacto com trabalhadores do Lagoas Park.

- **Sábado, 23**, 10h30, contacto com os utentes do Lidl de Porto Salvo.

- **Sábado, 23**, 13h00, convívio de militantes e amigos da Freguesia de Barcarena, seguido de plenário, com balanço às eleições, no CT de Barcarena.

- **Domingo, 24**, 13h00, convívio de militantes e amigos das freguesias de Caxias, Paço de Arcos e Porto Salvo, seguido de plenário, com balanço às eleições, no CT de Paço de Arcos.

- **Domingo, 24**, 13h00, convívio de militantes e amigos, seguido de plenário, com balanço às eleições, no CT de Queijas.

Santarém Santarém

- **Hoje, 21**, 11h00 às 12h30, banca de venda do Avante! na Praça em frente ao W Shopping, Santarém.

- **Hoje, 21**, 21h00, reunião da Organização de Freguesia de Vale de Santarém, com **Rui Raposo**, do Executivo da DORSA, na casa do Valentim.

PROPRIEDADE Partido Comunista Português R. Soeiro Pereira Gomes, 3 1600-196 Lisboa Tel. 217 813 800 NIF - 500 940 673 ADMINISTRAÇÃO E EDIÇÃO Editorial «Avante!», SA Campo Grande, 220-A 1700-094 Lisboa Capital social: 275 000 € CRC matrícula: 47059 NIF - 500 090 440 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO Presidente - Francisco José Névoa de Melo.Vogal - Idalina da Conceição Simões Silva.Vogal - José Pedro Correia Soares DETENTORES DE CAPITAL COM MAIS DE 5%: Francisco José Névoa de Melo = 36,363%. José Élio Sucena = 36,363%. José Pires Marques De Oliveira = 8,363%. José Pedro Correia Soares = 8,363%. Joaquim Carlos Eleutério Vaz Correia = 8,363% DIRECÇÃO E REDACÇÃO Partido Comunista Português R.Soeiro Pereira Gomes, 3 1600-196 Lisboa Tel.217 813 817 Fax: 217 817 193 Email: avante@avante.pt avante@pcp.pt Web:www.avante.pt DIRECTOR Manuel Rodrigues CHEFE DE

REDACÇÃO Gustavo Carneiro CHEFE ADJUNTO João Chasqueira REDACTORES Domingos Mealha, Hugo Janeiro, Miguel Inácio. GRAFISMO Inês Seixas, Jorge Caria FOTOGRAFIA Inês Seixas, Jorge Caria DISTRIBUIÇÃO ADE's Editorial Avante! Campo Grande, 220-A 1700-094 Lisboa Tel. 21 816 17 60 Tel. 21 816 17 68 Alterações de remessa Até às 17 horas de cada sexta-feira:- Tel.21 816 17 68 email: assinaturas@editorial-avante.pcp.pt DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL VASP - Sociedade de Transporte e Distribuição, Lda. Media Logistics Park Qta. do GrajalVenda Seca 2739-511 AGUALVA-CACÉM Tel. 21 433 70 00 Fax: 21 432 60 09 ASSINATURAS Campo Grande, 220-A 1700-094 Lisboa Tel. 21 816 17 68 email: assinaturas@editorial-avante.pcp.pt IMPRESSÃO Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, SA Estrada de S.Marcos, n.º 27 S.Marcos 2735-521 CACÉM Depósito legal n.º 205/85 Registo ERC 102 235 ISSN

- **Domingo, 24**, 15h00, plenário, na Sociedade Recreativa Operária de Santarém, com **Valter Cabral**, membro dos organismos executivos da DORSA.

Almeirim

- **Hoje, 21**, 21h00, plenário no CT de Almeirim, com **Diogo d'Ávila**, do CC.

Salvaterra de Magos

- **Hoje, 21**, 21h00, plenário, com **Valter Cabral**, na Junta de Freguesia de Salvaterra de Magos.

Chamusca

- **Sexta-feira, 22**, 18h30, plenário, no CT da Chamusca, com **Diogo d'Ávila**.

Benavente

- **Sexta-feira, 22**, 21h00, plenário das Freguesias de Benavente, Barrosa e Santo Estêvão, no CT de Benavente, com **Valter Cabral**.

- **Sexta-feira, 22**, 21h00, plenário da Freguesia de Samora Correia, no CT, com **Diogo d'Ávila**.

Entroncamento e Vila Nova Barquinha

- **Sexta-feira, 22**, 21h00, plenário no CT do Entroncamento, com **Rui Fernandes**, da Comissão Política.

Coruche

- **Sábado, 23**, 15h00,

plenário na Casa do Povo do Couço, com **Diogo d'Ávila**.

Tomar

- **Sábado, 23**, 15h00, plenário, com **Valter Cabral**, na Junta de Freguesia de São João Baptista e Santa Maria dos Olivais.

Torres Novas

- **Domingo, 24**, 15h00, plenário, no CT de Torres Novas, com **Rui Braga**, do Secretariado do CC.

Cartaxo

- **Domingo, 24**, 16h00, plenário, na Junta de Freguesia do Cartaxo, com **Diogo d'Ávila**.

Rio Maior

- **Terça-feira, 26**, 21h00, plenário, no CT de Rio Maior, com **Diogo d'Ávila**.

Ourém

- **Sábado, 6 de Abril**, 15h00, plenário, no CT de Ourém, com **Valter Cabral**.

Alpiarça

- **Sábado, 6 de Abril**, 15h00, plenário no CT de Alpiarça, com **Diogo d'Ávila**.

Viana do Castelo Ponte da Barca

- **Sexta-feira, 22**, 22h30, festa do 103.º aniversário do PCP, no Podium Bar, em Ponte da Barca.

Caminha

- **Sábado, 23**, 11h00, plenário de militantes do concelho de Caminha, no CT concelhio.

Arcos de Valdevez e Ponte da Barca

- **Sábado, 23**, 18h00, plenário de militantes dos concelhos de Arcos de Valdevez e Ponte da Barca.

Viana do Castelo

- **Sábado, 6**, plenário de militantes do concelho de Viana do Castelo, no CT.

Viseu Viseu

- **Sábado, 23**, 19h30, jantar de aniversário do PCP no restaurante «Lugar Certo» (Rua do Arco), com **Alma Rivera**, do CC.

Mangualde

- **Sábado, 23**, 20h00, jantar de aniversário do PCP no restaurante «Paris» (Av. Azurara da Beira), com **Octávio Augusto**, da Comissão Política.

Vila Nova de Paiva

- **Domingo, 24**, 12h30, almoço de aniversário do PCP, com **Filipe Costa**, no restaurante «O Moinho».

Visita a Oleiros

- **19 de Maio**, almoço convívio **Cabrito Estonado** visita a Oleiros, cascata e miradouro
Inscrições: 965 030 138
Organização: Comissão de Freguesia do Cacém/São Marcos do PCP

Abril é mais futuro

Exposição alusiva ao 50.º aniversário da Revolução de Abril, promovida pela Comissão Concelhia de Lagos.

Inauguração dia 15, 17h30, com **Celso Costa**, do CC.
Exposição patente até **31 de Março**, no Armazém Regimental da Praça do Infante, **Lagos**.

 **Bancas de venda do Avante! Braga**

- **Segunda-feira, 25**, 16h00, Gualtar, Universidade do Minho.

Lisboa

- **Sexta-feira, 22**, 11h00 às 18h00, Campo Grande.

Coimbra

- **Hoje, 21**, 10h00 às 18h00, no Polo I da Universidade de Coimbra.
- **Quarta-feira, 27**, 18h00, Almashopping.
- **Hoje, 21**, 12h30, cantinas da Universidade de Coimbra.

CDU

Peniche

- **Sábado, 6 de Abril**, 15h00, reunião concelhia da CDU.

Nazaré

- **Domingo, 24**, 18h00, reunião concelhia da CDU, em Valados dos Frades.

Paulo Raimundo Secretário-Geral do PCP

Sábado – 23 de Março LISBOA

15h00 - Manifestação Nacional de Mulheres promovida pelo MDM
Rossio ao Largo do Carmo

Domingo – 24 de Março VILA NOVA DE GAIA

15h30 – Comício
Força de Abril. A coragem de sempre!
Escola Secundária Almeida Garrett
(Praceta Dr. José Sampaio, 100)

4.ª feira – 27 de Março LISBOA

15h00 - Manifestação Nacional de Jovens Trabalhadores
Promovida pela Interjovem/CGTP-IN
Rossio

5.ª feira – 04 de Abril LISBOA

18h00 - Sessão
Declaração do 1.º candidato da lista da CDU ao Parlamento Europeu
ISCTE

Domingo – 07 de Abril ALMADA

14h30 - Sessão
25 de Abril uma Revolução libertadora e emancipadora
Abril é mais futuro!
Academia Almadense

Acampamento Internacional Julio Antonio Mella

51.ª Brigada Europeia José Martí
De 14 a 28 de Julho de 2024

A actividade da Brigada desenrola-se no CIJAM – Campamento Internacional Julio Antonio Mella, localizado a 45 Km de La Habana, no município de Caimito. Inscrições até 14 de Junho
Informações: no sítio da Associação de Amizade Portugal Cuba ou através doe-mail aapcuba@gmail.com

A TALHE DE FOICE

Ameaça e espantinho

Gustavo Carneiro

É compreensível a preocupação pelo resultado alcançado pelo Chega nas eleições legislativas. Tão significativo reforço eleitoral de um partido com um projecto político reaccionário e fascizante, uma forte dimensão xenófoba e racista e um marcado discurso de ódio é, sem dúvida, um desenvolvimento particularmente negativo na situação política nacional, a merecer toda a atenção. E todo o combate.

Nos últimos dias têm-se multiplicado as análises que procuram explicar este resultado e, com ele, a própria evolução da extrema-direita em Portugal. Do muito que se disse e escreveu, e do que previsivelmente se dirá e escreverá ainda, há reflexões interessantes e conclusões pertinentes, mas na maioria dos casos passa-se ao lado de questões essenciais: O que se esconde por detrás do Chega? Que grupos o colocaram, e às suas concepções, no centro das atenções mediáticas? Quem o financia? Que interesses serve? A resposta a estas interrogações (um caso típico de *follow the money*) fará luz sobre a natureza desse partido e dará pistas acerca da melhor forma de o travar.

Mas parece também evidente que o Chega, para além do que representa em si mesmo, serve outros propósitos, nem sempre claros. Para além do selo «de esquerda» que ajudou a conferir ao PS, e que terá contribuído para a maioria absoluta de 2022, concorre também para branquear o projecto que PSD e CDS têm para o País, que é mais parecido com o seu (e o da IL) do que pode parecer – ou não fossem essencialmente os mesmos os «donos» de uns e de outros. A propósito, a reivindicação de mudança expressa pelos patrões da Sonae e da Jerónimo Martins, no momento em que apresentavam os seus lucros crescentes, não deixa de ser significativa...

Mas que projecto é esse, que em muito do que é decisivo une os partidos da AD com os seus sucedâneos mais reaccionários? É o que foi implementado nos anos negros da *troika*, e que só não foi mais longe porque a luta o interrompeu: o corte de salários, pensões, apoios sociais e feriados; uma ainda maior desregulação das relações de trabalho; o encerramento de serviços públicos; a mutilação de direitos democráticos e avanços civilizacionais; a privatização de empresas estratégicas; o aumento drástico do desemprego e da pobreza; a emigração em massa; o agravamento da dívida pública, com a transformação de Portugal em refém dos então tão famosos mercados. Para o combate que aí vem não ajuda definir uma fronteira estanque, como fez Rui Tavares, do Livre, entre o Chega e o que chama de *direita democrática*, com quem garante que será possível dialogar sobre muitas matérias para «melhorar a nossa democracia».

A luta a travar tem de ser contra cada ataque, cada retrocesso, venham eles de onde vierem. É que o Chega é ameaça, mas também é espantinho.

Em defesa do direito à habitação

Anteontem, 20, João Oliveira, primeiro candidato da CDU às eleições para o Parlamento Europeu de 9 de Junho, participou numa reunião de trabalho com movimentos e activistas em defesa do direito à habitação.

O encontro decorreu na Boutique da Cultura, em Lisboa, e contou com representantes do Vida Justa, da Associação do Património e População de Alfama, do Morar em Lisboa, do Chão das Lutas, da Associação de Inquilinos Lisbonenses, da Associação Casa, do Porta a Porta, do Sindicato dos Trabalhadores em Arquitectura, da Sirigaita, da Habita, da Stop Despejos e da Empregos para o Clima.

No arranque dos trabalhos, Vasco Cardoso, da Comissão Política do PCP, identificou alguns dos principais problemas da habitação em Portugal, nomeadamente os brutais aumentos do preço das rendas e do valor das prestações aos bancos; baixos salários; ausência de resposta na disponibilização de habitação pública; aumento do número de pessoas a viver em casas sobrelotadas.

Deu ainda conta da «intensificação da luta» pelo direito à habitação, com diversos movimentos a convergirem em grandes mobilizações. «Uma luta que vai continuar» após as legislativas de 10 de Março e com eleição de deputados ao PE, até porque «muitas das políticas que são executadas em Portugal têm origem em imposições da União Europeia».

Propostas

João Oliveira assegurou que a «instabilidade» política e a «sustentação parlamentar do próximo governo» cria «um espaço de pressão» que não deve deixar de ser aproveitado. Recuou ao governo formado em 2011 [PSD-

Convergência na intensificação da luta



«Precisamos de uma verdadeira política do Estado para a habitação», afirmou João Oliveira

CDS] para lembrar que a situação «era mais desfavorável do que a que temos» actualmente, e, «ainda assim, deu os resultados que deu», não só «travando» o que se perspectivava, como «introduzindo elementos de reivindicação». Neste sentido, um dos «objectivos imediatos» é construir uma «proposta de futuro», sustentada na «dinâmica de luta social». «Precisamos de uma política do Estado para a habitação que garanta aquilo que a Constituição da República Portuguesa prevê e consagra», defendeu o candidato. Referia-se, por exemplo, a políticas «de ordenamento do território», de «constituição de estruturas do Estado», de «investimento público na reabilitação e construção de habitação pública», de «protecção dos inquilinos», de «aquisição de habitação própria», que «contenham, contrariem e combatam a especulação imobiliária e o aumento dos preços na habitação».

A este respeito, João Oliveira sublinhou que as «soluções» encontradas para a crise financeira de 2008 não estão desligadas do «movimento de especulação imobiliária e da promoção da política que gerou o aumento do custo da habitação em Portugal», permitindo aos sectores financeiro e imobiliário «recomporem-se das perdas que tiveram», arrecadando, novamente, «ganhos absolutamente astronómicos».

As críticas entenderam-se à transferência de competências do Estado para as autarquias, o que inviabiliza «o direito à habitação como um direito universal».

Sessão do PCP assinala 50 anos de Abril

«25 de Abril, uma Revolução libertadora e emancipadora – Abril é mais futuro» é o lema da sessão que o PCP realiza no dia 7 de Abril, entre as 14h30 e as 19h00, na Academia Almadense. Inserida nas comemorações do 50.º aniversário da Revolução de Abril promovidas pelo PCP, a sessão conta com várias intervenções, entre as quais a de encerramento, a cargo do Secretário-Geral, Paulo Raimundo.

Da longa resistência à Revolução (Domingos Abrantes); A Revolução de Abril – uma revolução democrática, antimonopolista e anticolonialista (Albano Nunes); Revolução de Abril – as suas originalidades (Manuel Loff); As conquistas de Abril, (Fernanda Mateus); A contra-revolução – de golpe

em golpe (António Avelãs Nunes); A contra-revolução – uma visão global (Rui Fernandes); Revolução de Abril,

uma afirmação de soberania e de co-operação entre todos os Estados e povos, (João Oliveira); Abril é mais futuro – uma democracia avançada (Margarida Botelho) e Portugal hoje, um processo revolucionário inacabado, os combates da actualidade (Francisco Lopes) são as outras intervenções.

A sessão será transmitida nos canais do PCP na Internet.

